



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Suellen Moutinho da Silva de Oliveira

**Em nome de Deus, eu político: o atravessamento do discurso
bíblico no político em *tweets***

Rio de Janeiro

2021

Suellen Moutinho da Silva de Oliveira

**Em nome de Deus, eu político: o atravessamento do discurso bíblico no
político em *tweets***



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof.^a Dra. Michelle Gomes Alonso Dominguez

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

O48 Oliveira, Suellen Moutinho da Silva de.
Em nome de Deus, eu político: o atravessamento do discurso bíblico no político em tweets / Suellen Moutinho da Silva de Oliveira. – 2022.
91 f.: il.

Orientadora: Michelle Gomes Alonso Dominguez.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise crítica do discurso - Teses. 2. Religião – Aspectos políticos – Teses. 3. Políticas – Aspectos religiosos – Teses. 4. Bíblia e política – Teses. 5. Twitter (Rede social on-line) – Teses. I. Dominguez, Michelle Gomes Alonso. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:004.738.5

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Suellen Moutinho da Silva de Oliveira

Em nome de Deus, eu político: o atravessamento do discurso bíblico no político em *tweets*

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 16 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Michelle Gomes Alonso Dominguez (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu
Instituto de Letras – UERJ

Prof.^a Dra. Verônica Palmira Salme de Aragão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me sustentar no período de produção deste trabalho e por me inspirar.

A minha orientadora Michelle Gomes Alonso Dominguez por me orientar com dedicação e carinho, por ser atenta e paciente comigo e com a presente pesquisa.

A minha família por me apoiar e compreender minhas ausências para estudar, pesquisar e escrever esta dissertação.

À professora Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu por me encorajar a mudar o projeto inicial da dissertação, quando me encantei pela análise semiolinguística do discurso; por sempre me incentivar a inovar no campo da pesquisa; por participar da banca de qualificação e de defesa da presente dissertação com presteza e dedicação.

À professora Verônica Palmira Salme de Aragão por participar da banca de qualificação e de defesa da presente dissertação com presteza e dedicação.

Ao professor Cláudio Cezar Henriques por sempre me incentivar aos estudos acadêmicos e pelas sábias conversas.

A todos os professores do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ pelo carinho e pela dedicação ao lecionar cada conteúdo.

À professora Teresa Akil por me fazer olhar a Bíblia com olhos acadêmicos e literários, por contribuir para minha formação teológica, assim como todos os professores da Faculdade Batista do Rio de Janeiro.

A minha amiga Juliana Félix que me motivou muito a fazer este mestrado, que sempre acreditou e ressaltou o meu potencial.

Ao meu amigo Daniel Castro por fazer a tradução, em espanhol, do resumo desta dissertação e por sempre torcer por mim.

RESUMO

OLIVEIRA, Suellen Moutinho da Silva de. *Em nome de Deus, eu político: o atravessamento do discurso bíblico no político em tweets*. 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Nesta dissertação, cuja temática é o atravessamento do discurso bíblico no discurso político no gênero discursivo tweet, temos como principal objetivo verificar as consequências discursivas desse atravessamento e suas implicações interdiscursivas. A partir da verificação de que a Bíblia é o livro mais lido no Brasil, logo compreendemos sua influência e pertinência nos discursos dos sujeitos políticos. Nosso basilar teórico está aportado nos postulados de Patrick Charaudeau sobre o discurso político e a análise semiolinguística do discurso. Evidenciamos e discorremos sobre as funções do dispositivo Twitter e do gênero discursivo tweet. Para a análise do corpus, selecionamos sete postagens (tweets) de dois sujeitos políticos: o presidente da República Federativa do Brasil (de 2018 a 2021), Jair Messias Bolsonaro, e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro (de 2017 a 2021), Marcelo Bezerra Crivella. Apresentamos os sujeitos políticos a partir de sua trajetória de vida, uma vez que ela também interfere nos discursos políticos, além de aclarar o lugar de fala de cada um no momento das postagens (referente as datas de análises – 2019/2020). Após a seleção dos tweets no Twitter, analisamos o atravessamento do discurso bíblico no discurso político dos tweets subdivididos em quatro categorias temáticas participativas: palavras e expressões, campo semântico, pedidos e agradecimentos, elementos físicos e manifestação religiosa. Organizamos a exposição dos discursos por elementos reguladores temáticos, participativos, ou seja, que se repetem ou delimitam o atravessamento do discurso bíblico no político, a fim de constatar, a começar pelos resultados da análise, que há a formação de uma nova variante discursiva do domínio político: o discurso político-bíblico. Além disso, também constatamos que o discurso político-bíblico é uma estratégia eficaz na disputa eleitoral.

Palavras-chave: Discurso. Político. Bíblico. Político-bíblico.

RESUMEN

OLIVEIRA, Suellen Moutinho da Silva de. *En nombre de Dios, yo político: la fusión del discurso bíblico en el político en tweets*. 2021. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

En esta disertación, cuyo tema es la fusión del discurso bíblico en el político a partir del género discursivo tweet, tenemos como principal objetivo comprobar las consecuencias discursivas de esa fusión y sus implicaciones interdiscursivas. Tras comprobar que la biblia es el libro más leído en Brasil, comprendemos su influencia y pertinencia en los discursos de los sujetos políticos. Nuestra base teórica son los postulados de Patrick Charaudeau sobre el discurso político y el análisis semiolingüístico del discurso. Evidenciamos y discurremos sobre las funciones del dispositivo Twitter y del género discursivo tweet. Para el análisis del corpus, seleccionamos siete mensajes (tweets) de dos sujetos políticos: el presidente de la República Federativa do Brasil (de 2018 a 2021), Jair Messias Bolsonaro, y el alcalde de la ciudad de Río de Janeiro (de 2017 a 2021), Marcelo Bezerra Crivella. Presentamos los sujetos políticos a partir de su trayectoria de vida, pues ella interfiere en sus discursos políticos y sitúa el lugar y momento de los mensajes (referente a las fechas de análisis – 2019/2020). Tras la selección de los tweets en Twitter, analizamos la fusión del discurso bíblico en el discurso político de los tweets subdivididos en cuatro categorías temáticas participativas: palabras y expresiones, campo semántico, pedidos y agradecimiento, elementos físicos y manifestación religiosa. Organizamos la exposición de los discursos por elementos reguladores temáticos, participativos, o sea, que se repiten o delimitan la fusión del discurso bíblico en el político, con la finalidad de comprobar, comenzando por los resultados del análisis, que hay la formación de una nueva variante discursiva en el dominio político: el discurso político-bíblico. Además, también comprobamos que el discurso político-bíblico es una estrategia en la disputa electoral.

Palabras clave: Discurso. Político. Bíblico. Político-bíblico.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Ato de Linguagem.....	19
Figura 2 - O duplo processo de semiotização do mundo.....	20
Figura 3 - O interdiscurso em Tweets.....	48
Figura 4 - Marcelo Crivella.....	59
Figura 5 - Marcelo Crivella.....	62
Figura 6 - Jair Messias Bolsonaro.....	64
Figura 7 - Marcelo Crivella.....	66
Figura 8 - Marcelo Crivella.....	67
Figura 9 - Marcelo Crivella.....	68
Figura 10 - Jair Messias Bolsonaro.....	69
Figura 11 - Marcelo Crivella.....	71
Figura 12 - Jair Messias Bolsonaro.....	74
Figura 13 - Jair Messias Bolsonaro.....	75
Figura 14 - Marcelo Crivella.....	78
Figura 15 - Jair Messias Bolsonaro.....	79
Figura 16 - Jair Messias Bolsonaro.....	80

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	A RELAÇÃO ENTRE BÍBLIA E SOCIEDADE	12
2	A ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO	15
2.1	Conceitos gerais	15
2.2	Discurso político	22
2.2.1	<u>O lugar de fabricação do discurso político</u>	24
2.2.2	<u>O contrato de comunicação política</u>	26
2.2.3	<u>Estratégias do discurso político</u>	28
3	GÊNERO DISCURSIVO	38
3.1	O Twitter como dispositivo político	41
3.2	Especificidades do Gênero Tweet	44
4	HETEROGENEIDADE DISCURSIVA	46
4.1	O interdiscurso	47
4.2	O sistema de participação	49
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
6	ATRAVESSAMENTOS DO DISCURSO BÍBLICO NO DISCURSO POLÍTICO	56
6.1	Elementos reguladores na constituição do discurso político-bíblico	58
6.1.1	<u>Palavras e expressões</u>	58
6.1.2	<u>Citação do texto bíblico com fonte</u>	66
6.1.3	<u>Pedidos, oração, agradecimentos a Deus/Jesus e desejos do homem</u>	71
6.1.4	<u>Elementos físicos do enredo bíblico e manifestação religiosa</u>	78
6.2	Consequências discursivas	83
	CONCLUSÃO	86
	REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

Ao observar o atual cenário político do Brasil (nos anos de 2019 e 2020), em especial, do Rio de Janeiro, percebemos que há uma bifurcação bem demarcada na política brasileira. Diante do caliginoso quadro político, surgem os extremos; começam as polarizações em prol de uma construção imagética de um político imprescindível, necessário, capaz de “salvar” o povo, que clama por um representante apto a mudar a situação do país.

Em meio à exacerbação da política local, em um dos extremos, emergem sujeitos que trazem, em seu discurso, elementos bíblicos; aludem ao Deus supremo que, junto ao político, apresentam uma esperança de “salvação”, “conserto”, do cenário político. Temos então imagens de sujeitos políticos criadas a partir das conexões com o discurso bíblico. São essas conexões que a presente dissertação analisa a fim de constatar as implicações discursivas do atravessamento do discurso bíblico no discurso político.

Para identificar a presença do discurso bíblico no político, analisamos os discursos do presidente da República, Jair Bolsonaro (empossado em 2018), e do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (cujo mandato foi de 2017 a 2020), em postagens, na rede social Twitter. Nessas postagens, observamos a presença do discurso bíblico, considerando seu contexto original e sua atualização como estratégia política.

Optamos por analisar os discursos políticos na rede social Twitter, por ser o meio de comunicação mais usado para divulgar ações, fazer pronunciamentos de ações políticas, pelas figuras políticas em análise: o prefeito e o presidente. Nos discursos selecionados, evidenciamos o atravessamento de inúmeros textos bíblicos, ora de forma explícita, ora de forma implícita, com o enfoque de explicar medidas adotadas, decisões tomadas etc.

O atravessamento do discurso bíblico, no discurso político, evoca uma supremacia poderosa e divina por remeter a um ser todo poderoso, como suposto aliado e defensor: Deus. Conseqüentemente, isso traz uma relação de identificação entre os cidadãos eleitores adeptos do discurso bíblico com o político que discursa e, conseqüentemente, constitui-se como estratégia eficaz na disputa eleitoral.

O atravessamento do discurso bíblico no discurso político é de fácil identificação pela população, por ser a bíblia um dos livros mais lido no Brasil. Seus enredos são conhecidos por uma parcela significativa da sociedade. Por isso, vimos a necessidade de sistematizar informações relevantes de pesquisas teológicas entre outras sobre a bíblia. Ressaltamos que a trataremos com o devido respeito por ser considerada um livro sagrado.

Com o reconhecimento do discurso bíblico, há aceitação por parte dos interlocutores adeptos e conhecedores do enredo bíblico. Todavia, para com os supostos adversários políticos, essa identificação se torna uma ameaça, pois se trata de um recurso que traz, implicitamente, um Deus poderoso com vários atributos positivos, capaz de convencer pessoas, a fim de angariar votos suficientes para obter vitória sobre os adversários.

O texto bíblico inserido no interior do discurso político, constantemente, dá indícios de constituição de novo espaço discursivo, ao qual chamamos, no decorrer da pesquisa, de discurso político-bíblico. Esse protótipo discursivo funciona também com a ideia de um hiperenunciador individuado, ou seja, o discurso proferido é influenciado por uma voz suprema, a voz do próprio Deus.

Com vistas ao desenvolvimento das referidas questões, esta dissertação se desenvolve em 6 capítulos, para além da presente introdução, sendo, o primeiro deles dedicado aos fortes laços entre a bíblia e a sociedade brasileira. Constatamos, por meio da pesquisa do Instituto Pro-livro, que a bíblia é o livro mais lido e mais influente em nossa sociedade. É também um dos livros mais antigo do mundo, sendo a primeira obra impressa.

Na sequência, debruçamo-nos sobre a análise semiolinguística do discurso, que expõe a base teórica da análise do discurso postulada por Patrick Charaudeau (2005). A partir dessa teoria, compreendemos os conceitos gerais, o lugar de fabricação do discurso político, o contrato de comunicação no ato de linguagem e as estratégias do discurso político.

No capítulo seguinte, dedicado aos gêneros discursivos, entendemos o Twitter como um dispositivo político, um lugar de veiculação dos tweets postados pelos sujeitos políticos. Analisamos, à luz da perspectiva dialógica de Bakhtin (2003) com relação aos gêneros discursivos, as especificidades do gênero Tweets (uma espécie de microblog), cuja construção textual se dá em 280 caracteres com a finalidade de relatar o que está acontecendo no momento de fala, de forma concisa

e direta. Assim, os atores políticos mantêm os seguidores atualizados, em tempo real, das ações efetivadas. Essa rede também permite a postagem de links, vídeos e imagens.

No capítulo consecutivo, dedicamo-nos às questões relativas à heterogeneidade discursiva, imprescindíveis para a compreensão dos efeitos de sentido produzidos em cada discurso político atravessado pelo discurso bíblico nos tweets analisados. Assim, a partir das concepções de Authier-Revuz (1990), abordamos também os conceitos de interdiscurso, cuja função basilar, institui o sistema de particitação proposto por Dominique Maingueneau (2008).

Os capítulos subsequentes destinam-se aos procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa (capítulo 5) e à análise (capítulo 6). Neste, analisamos o atravessamento do discurso bíblico, no discurso político dos tweets, subdividido em quatro categorias temáticas particitativas: palavras e expressões, campo semântico, pedidos e agradecimentos, elementos físicos e manifestação religiosa.

Na conclusão, retomamos alguns pontos relevantes da pesquisa. Constatamos que há uma nova variante do discurso político: o discurso político-bíblico, que é usado como uma estratégia eficaz na disputa eleitoral. Também ressaltamos que o texto bíblico utilizado, às vezes, é usado fora do contexto original, sendo ressignificado, manipulado de acordo com os interesses dos sujeitos políticos.

Nas referências bibliográficas, encontram-se todo aporte teórico que envolve a presente pesquisa. Essas referências subsidiaram toda perscrutação ao longo do processo de investigação, de seleção da teoria e da análise do corpus.

1 A RELAÇÃO ENTRE A BÍBLIA E A SOCIEDADE

A necessidade de aclarar a importância da bíblia surge a partir do resultado “a bíblia é o livro mais lido no território nacional”, de uma pesquisa da Plataforma Pró-Livro, conhecida por desenvolver o projeto de pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” cuja finalidade é “Conhecer o comportamento leitor, ao medir a intensidade, a forma, as limitações, a motivação, as representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira” (Instituto Pró-Livro – 2019/2020).

A pesquisa feita pelo Instituto Pró-Livro coletou dados sobre os hábitos de leitura dos brasileiros por meio de 8.076 entrevistas em 208 municípios, no período entre outubro de 2019 a janeiro de 2020. Essa pesquisa teve abrangência geográfica nacional, cujo público-alvo fora a população brasileira residente com 5 anos ou mais, alfabetizada ou não. O método de coleta por entrevista domiciliar, face a face, com registro das respostas em tablets, permitiu a Plataforma de pesquisa traçar o perfil do leitor brasileiro.

As perguntas que compuseram a entrevista foram, inicialmente, sobre gênero, idade, escolaridade, renda individual e familiar. Em seguida, o questionário foi organizado pelas temáticas: motivação e hábitos de leitura; barreiras para leitura; gosto pela leitura; influências e formação leitora; representações sobre a leitura; leitura atual (o que está lendo?); livro e autores que conhece e prefere; leituras em outros suportes; leitores de literatura; Hábitos e motivações de leitores de literatura; Acesso aos livros – consumo; Bibliotecas – percepção e uso. As respostas dos entrevistados foram ordenadas e apresentadas por gênero, idade, escolaridade, e, em alguns momentos, por renda.

A pesquisa também apresenta a definição de leitor e não leitor que o projeto “Retratos da Leitura no Brasil” mantém desde a edição de 2007. Para ele: o “Leitor é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos 1 livro nos últimos 3 meses” e o não leitor “é aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses” (Instituto Pró-Livro – 2019/2020). Com essa definição, compreendemos que o leitor é alguém que lê tudo ou parte de uma obra, sem a obrigação de ter lido um livro por inteiro. A partir dessa concepção, a

pesquisa nos aponta o comportamento, os hábitos dos brasileiros em relação à literatura de forma geral.

Dentre as várias leituras citadas pelos cidadãos brasileiros entrevistados, o resultado da pesquisa asseverou que a Bíblia (do grego *biblos* - quer dizer coletânea de pequenos livros) é o livro mais lido pelos brasileiros. Ao observar a preferência de leitura dos nativos de nosso país, percebemos a necessidade de investigar a influência dessa obra tão presente nos discursos políticos dos sujeitos políticos Marcelo Crivella, e Jair Bolsonaro. Para isso, precisamos compreender a construção desse livro tão lido pelos brasileiros.

A Bíblia é constituída por vários livros que são organizados em dois grandes tomos chamados de Antigo Testamento (AT) e de Novo Testamento (NT). O primeiro traz textos épicos, etimológicos, legislativos, poéticos, proféticos etc, que revelam a criação do mundo, da humanidade, o surgimento de uma civilização monoteísta. A teóloga Teresa Akil diz:

O Antigo testamento foi escrito pela comunidade judaica durante vários séculos e por ela preservado por um milênio ou mais, antes da era cristã. O Cânon do Antigo Testamento protestante é composto de 39 livros, que são agrupados em quatro grandes blocos literários: o Pentateuco, os Históricos, os Poéticos e Sapienciais e os Proféticos (AKIL, 2005, p. 30).

O segundo traz textos parabólicos, proféticos, dialógicos, apocalípticos etc., que se fundamentam no Antigo Testamento. Também apresenta uma nova proposta teológica chamada de “Boas novas” que se refere ao plano de salvação, ao Reino de Deus, à nova Jerusalém celestial, instaurada por Jesus Cristo (protagonista de todo enredo neotestamentário). De acordo com Teresa Akil (2005, p. 32), “O Novo Testamento foi composto pelos discípulos de Cristo ao longo do século I d.c., constituído de 27 livros, convencionou-se dividi-los em: Evangelhos, Atos dos Apóstolos, Epístolas e Apocalipse”.

A Bíblia é um livro milenar, imergida em uma cultura ora oriental, ora ocidental, traduzida em vários idiomas, confeccionada em várias configurações (papel, digital, áudio). Embora tenhamos a Bíblia em português como objeto de estudo, devemos ressaltar que, originalmente, o AT foi escrito, predominantemente, em hebraico (houve influências de outras línguas, o aramaico é uma delas); o NT foi escrito em grego (vulgar – conhecido como *koenê*).

Essa exposição revela o lugar de destaque da bíblia na sociedade atual. É um livro presente nos hábitos diários do cidadão brasileiro. Por isso o interesse desta dissertação em analisar o atravessamento do discurso bíblico no discurso político, a fim de escrutinar suas consequências discursivas, uma vez que os atuais sujeitos políticos citam, inúmeras vezes, de forma marcada e não marcada, referências, capítulos, versículos da bíblia.

O discurso bíblico, que emerge dos livros bíblicos (por isso o chamamos de discurso bíblico), tem grande impacto sobre os interlocutores (pertencentes ou não das comunidades que estudam e praticam os dogmas da bíblia) porque, assim como todo discurso, é proferido com uma finalidade, almeja chegar a algum lugar, visa modificar uma circunstância; além de ser regido, promovido e revestido por uma autoridade divina.

Percebemos que os textos bíblicos transitam pela sociedade, independentemente, de instituição religiosa ou lugares afins. Observamos que os trechos bíblicos aparecem em várias esferas sociais, inclusive, na política (principal foco desta dissertação). A bíblia não se apresenta como item exclusivo de uma instituição, todavia, comporta-se como um livro acessível a todos os tipos de leitores, não se restringe aos asseclas de uma comunidade que a tenha como inspiração, como diretriz. Por isso, aqui, chamaremos os textos referentes à bíblia, presentes no discurso político, de discurso bíblico e não de religioso; pois entendemos que o discurso bíblico é aquele que está na bíblia.

Em suma, a partir da pesquisa do Instituto Pró-Livro, compreendemos a bíblia como um livro relevante para a sociedade, pois é o mais lido, sendo assim, também um importante na formação leitora de nossa população. Logo, constatamos a presença do discurso bíblico em distintas e variadas situações de comunicação, em especial, na política.

2 A ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO

A análise do discurso que aplicamos nesta dissertação é semiolinguística porque analisamos a relação entre estrutura e semântica dos constituintes do discurso (palavras, imagens, vídeos etc.) na situação de comunicação. “[...] Diremos que uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade”. Também chamamos essa análise de “[...] Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros” (CHARAUDEAU, 2016, p. 21).

A seguir, os aportes teóricos da análise semiolinguística do discurso serão esmiuçados para se compreender a estrutura e o funcionamento da situação de comunicação, a construção do discurso político, o processo mais evidente que fomenta o atravessamento do discurso bíblico no discurso político materializados nos discursos dos sujeitos políticos, postados no dispositivo twitter, por meio do gênero discursivo tweet.

2.1 Conceitos gerais

A análise do discurso iniciou na França com o discurso político que ultrapassava as perspectivas linguísticas da análise de linguagem. A partir da observação de *corporas* da esfera política, de contextos, das condições, das instâncias etc., os analistas perceberam que a análise da linguagem não se limitava mais a recursos da língua, contudo correspondia ao discurso, “isto é, aos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos do pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 37).

Por meio dos atos de linguagem, em situação de comunicação, a análise do discurso se valia de instrumentos epistemológicos que possibilitavam identificar a constituição de uma formação discursiva, que revela pressupostos ideológicos. Assim:

“A análise do discurso político invocou em seu início o ‘materialismo histórico e uma teoria das ideologias’ tal como ela foi definida por Althusser. Em seguida, ela se apropriou, ao final de um trabalho crítico, do conceito de ‘formação discursiva proposto por Foucault e deu lugar a pesquisas que tinham por objetivo revelar os pressupostos ideológicos que se escondiam sob a linguagem, isso com a ajuda de métodos de análise diversos” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 37).

Essa formação discursiva, aqui, entendemos na perspectiva foucaultiana, de acordo com sua obra a “A arqueologia do saber”, cuja primeira publicação fora em 1969. Assim, conforme Foucault, só delineamos uma formação discursiva, quando conseguimos descrever os tipos de enunciados, de objetos, de conceitos, das escolhas temáticas; e quando, possivelmente, definimos uma regularidade a partir da correlação, da posição, do funcionamento social, ideológico, histórico (Foucault, 2008, p.43).

A formação discursiva é inerente aos sujeitos do ato de linguagem, em qualquer situação comunicativa, pois se caracteriza pelos elementos reguladores. Isto é pelas regras sociais de uso da linguagem. Essas situações linguageiras determinam as relações, promovem uma certa ordem, redefinem o discurso.

No primeiro momento, a formação discursiva se constitui por uma temática, por uma estrutura relativamente estática, por uma articulação por meio de gêneros de discursos, um posicionamento sócio-histórico, ideológico. Logo, podemos circunscrever uma formação discursiva por uma temática política e agrupar todos os discursos pertencentes a essa esfera, limitando-a em um tempo cronológico e em um espaço.

Nesta dissertação, compreendemos o contexto cultural, sócio-histórico, ideológico, a formação discursiva, a partir da atuação dos discursos conforme o ato de linguagem, porque:

“O ato de linguagem não esgota sua significação em sua forma explícita. Este explícito significa outra coisa além de seu próprio significado, algo que é relativo ao contexto sócio-histórico. Um dado ato de linguagem pressupõe que nos interroguemos a seu respeito sobre as diferentes leituras que ele é suscetível de sugerir. O que nos leva a considerá-lo como um objeto duplo, constituído de um Explícito (o que é manifestado) e de um Implícito (lugar de sentido múltiplos que dependem das circunstâncias de comunicação)” (CHARAUDEAU, 2016, p. 17).

No ato de linguagem, atentamos para o que está posto e para o que se quer comunicar por meio dos sujeitos de fala. São quatro os sujeitos da teoria de

Charaudeau: sujeito destinatário (TUd), sujeito interpretante (TUi), sujeito enunciador (EUE) e o sujeito comunicante (EUC). Esses sujeitos promovem um encontro dialético entre dois processos: de *produção* (criado por um EU e dirigido a um TUd); e de *interpretação* (criado por um TUi, que constrói uma imagem EU do locutor) (CHARAUDEAU, 2016, p. 44).

No processo de **produção**, a construção dos sujeitos se dá pela intencionalidade. O EUE é uma construção imagética do EUC (produtor de fala) que de forma consciente ou inconsciente revela a sua intencionalidade comunicativa por meio de uma coerência psicossociolinguageira. Já no processo de **interpretação**, o TUi constrói (a partir da interpretação que faz) uma imagem de enunciador do EUE “como uma hipótese de como é a intencionalidade do EUC realizada no ato de produção” (CHARAUDEAU, 2016, p. 48).

Conforme Charaudeau (2016), TUd (sujeito destinatário) atua na dependência do EU (sujeito de fala). TUd é inerente ao ato de produção discursiva do EU. Já o TUi (sujeito interpretante) atua de forma independente ao EU. O EUE (ser de fala enunciativa) é o ser enunciador na situação comunicativa. O EUC (sujeito comunicante) é um ser social, comunicante. Assim:

“Todo ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito e, por isso: vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente” (CHARAUDEAU, 2016, p. 52).

A partir da definição de sujeitos da linguagem proposta por Charaudeau (2016, p. 52), vemos que “o ato de linguagem não pode ser considerado somente como um ato de comunicação”, porque não podemos reduzi-lo a uma intenção do emissor ao seu destinatário. Avaliamos os efeitos produzidos, a intencionalidade (consciente ou não) de acordo com as circunstâncias discursivas, com o contrato e com a estratégia de discurso, a partir das imagens projetadas pelos / dos sujeitos da linguagem.

O contrato de comunicação é um pacto entre os sujeitos do ato de linguagem e se realiza a partir da confluência entre eles em uma prática social linguageira. Assim:

“A noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações languageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência languageira de reconhecimento análogo à sua. Nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência” (CHARAUDEAU, 2016, p. 56).

O contrato de comunicação é constituído das normas de convivência, das práticas sociais languageiras, já conhecidas pelos sujeitos do ato de linguagem de forma empírica. “Assim se constrói o que os filósofos da linguagem designam por ‘cointencionalidade’: toda troca languageira se realiza num quadro de cointencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação” (CHARAUDEAU, 2018a, p. 68). É a partir desse contrato que os sujeitos reais sabem como se comportar em uma situação de comunicação, ou seja, sabem o que dizer e o que fazer.

Em suma, todo ato de linguagem é regido por um contrato que determina os combinados (como dizer? – estamos aqui para dizer o quê? – estamos aqui para falar de que modo? – quem fala a quem? – sobre o quê?) entre os sujeitos do ato de linguagem sobre as representações languageiras. Logo, o contrato impõe algumas restrições em três níveis: o nível do **situacional** (psicossocial), o nível do **comunicacional** e o nível do **discursivo**.

O nível **situacional** (psicossocial) evidencia a percepção que os sujeitos têm de si e do outro. Nesse nível, é verificado e considerado a idade, o sexo, a profissão, ou seja, a identidade dos parceiros de troca languageiras. Tudo isso para corresponder à finalidade (estamos aqui para dizer o quê), à identificação (quem fala a quem?) dos sujeitos do espaço externo (os parceiros), ao domínio de saber (sobre o quê?) e ao dispositivo que corresponde às circunstâncias materiais da troca languageira (em que ambiente físico de espaço e tempo?). Assim é possível adequar a linguagem, o texto, ao receptor para que seja possível o reconhecimento e a compreensão dos saberes compartilhados.

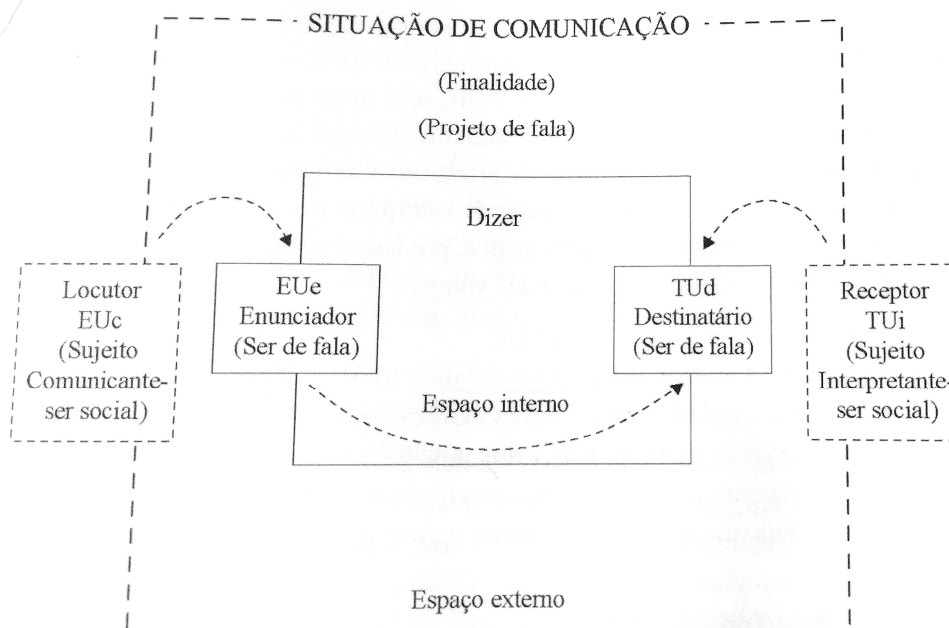
No nível **comunicacional**, os sujeitos do ato de linguagem, a partir das informações do nível situacional, adotam modos diferentes de dizer (estamos aqui para falar de que modo?). Questionam-se sobre qual papel languageiro devem assumir, para alegar seu direito à fala (finalidade). Doravante a identidade que assume, o sujeito tem autoridade ou consentimento para lidar com certos temas

propostos, consoante ao dispositivo, de acordo com as circunstâncias materiais. Os sujeitos precisam se adequar às restrições do gênero textual, da situação de comunicação, a fim de que a compreensão seja efetivada com clareza e atinja a sua finalidade.

O nível **discursivo** é o espaço das estratégias discursivas, dos imaginários culturais, dos conhecimentos partilhados, dos rituais languageiros. Nesse nível o sujeito (EUE) pode intervir, “devendo atender às condições de legitimidade (princípio de alteridade), de credibilidade (princípio de pertinência) e de captação (princípio de influência e de regulação), para realizar os ‘atos de discurso’ que resultarão num texto” (CHARAUDEAU, 2005, p. 04). Para se ter êxito na compreensão da comunicação, o EUC precisa atentar para o que o receptor já sabe sobre o tema proposto, como, culturalmente, o TUI o aborda, ou seja, deve-se partir de um conhecimento em comum entre ambos e, gradativamente, inserir novas informações.

Para aclarar esse conceito e viabilizar a compreensão, trabalhamos com o seguinte esquema do ato e dos sujeitos de linguagem:

Figura 1 – O Ato de Linguagem



Fonte: CHARAUDEAU, 2016, p. 52.

Na figura 1, há um delineamento da situação de comunicação e da relação entre os sujeitos do ato de linguagem. No espaço externo, há a representação do real, dos sujeitos sociais que pensam e falam (são sujeitos concretos, de carne e osso). Eles são os sujeitos comunicantes que interagem pelo projeto de fala com o

TUi. Já no espaço interno, há uma representação discursiva, imaginária, por meio da imagem representativa de cada sujeito: enunciador (EUE) e destinatário (TUD). Esses sujeitos estão concatenados e são inerentes às práticas languageiras (são sujeitos imaginados, abstratos).

Os sujeitos: EUC (sujeito comunicante) e TUI (sujeito interpretante), que atuam na área externa, possuem uma identidade psicossocial legitimadora, com características marcadas por status de autoridade, cargos que ocupam na sociedade, profissão, entidade de influência etc.; enquanto os sujeitos: EUE (sujeito enunciador) e TUD (sujeito destinatário), que atuam na área interna, possuem uma identidade discursiva constituída a partir da tomada de palavra, da forma como o EUE apresenta seu discurso e o TUD o recebe, podendo estabelecer uma relação de credibilidade ou não.

O esquema da situação comunicativa também planeia o duplo processo de semiotização do mundo, ou seja, como o efeito de sentido é produzido pelos sujeitos; onde temos o **processo de transformação** que procede de um “mundo a significar” para transformá-lo em “mundo significado” a partir da atuação do EUC; e o **processo de transação** que transforma este “mundo significado” em um objeto de interação e de permuta com o TUI (CHARAUDEAU, 2005, p. 02).

Figura 2 – O duplo processo de semiotização do mundo



Fonte: CHARAUDEAU, 2005, p. 2.

Assim, na figura 2 temos um esquema que ilustra o processo de transformação que atua concomitante ao processo de transação, ou seja, temos um duplo processo imprescindível para a semiotização do mundo. Conforme o esquema, o EUC (sujeito comunicante) se projeta ao TUI (interpretante – também sujeito de fala) em um espaço externo da situação de comunicação, para significar

suas intenções. Esses processos são constituídos de operações (para a transformação) e princípios (para transações).

O processo de transformação compreende quatro tipos de operação: a **identificação** – “identidades nominais” – essa operação classifica e substantiva os elementos discursivos (operação de conceituação e de designação de seres inanimados e animados), a **qualificação** – “identidades descritivas” – qualifica, desqualifica, acompanha e modifica (o sujeito/substantivo) através da adjetivação (operação de caracterização e de especificação), a **ação** – “identidades narrativas” – situa a mudança de estado, o tempo, pela ação dos verbos e das circunstâncias adverbiais (funciona como agente ou paciente da ação), a **causação** – “relações de causalidades” – por meio de conectores, modalizadores que produzem o efeito de causa (refere-se à motivação com que os sujeitos agem quando são agente ou paciente) (CHARAUDEAU, 2005, p. 02).

Já o processo de transação se manifesta a partir de quatro princípios. O princípio de **alteridade** – acontece na troca linguageira, em que um sujeito se reconhece no outro, em um entrosamento, ora como semelhantes, quando compartilham saberes, conhecimento empírico, propósitos comunicativos; ora como distintos, quando percebem suas diferenças e suas particularidades comunicativas na função que o legitimam, no ato de linguagem. Um será EUc, produtor de fala, outro será TUi, interpretante desse ato. Esse princípio é imprescindível porque “é o fundamento do aspecto contratual de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si” (CHARAUDEAU, 2005, p. 02).

No princípio de **pertinência**, os sujeitos do ato de linguagem podem compartilhar seus conhecimentos de mundo envolvidos na situação de comunicação. Esses saberes englobam valores, crenças, comportamentos, tanto no âmbito psicológico quanto no social. Esse princípio “exige então que os atos de linguagem sejam apropriados a seu contexto e, nós acrescentamos, à sua finalidade, o que confirma o aspecto contratual do dispositivo socio-lingueiro” (CHARAUDEAU, 2005, p. 03).

O princípio de **influência** intercorre no ato de linguagem a fim de convencer o receptor de algo, seja para propor ou impor algum comportamento, ou lhe provocar alguma reação afetiva, emocional, ou exercer algum direcionamento em seu pensamento. O receptor – interpretante, ao interagir, sabe que está sendo

influenciado, contudo, tem a opção de aceitar a influência ou não. “A finalidade intencional de todo ato de linguagem se acha inscrita no dispositivo socio-linguagem” (CHARAUDEAU, 2005, p. 03).

Já, no princípio de **regulação**, que é inerente ao princípio da influência, os sujeitos do ato de linguagem são regulados pelo contrato de comunicação, pelas regras sociais de convivência pertinentes à situação comunicativa em que estão inseridos. “Para isso, eles recorrem a estratégias no interior de um quadro situacional que assegure uma intercompreensão mínima, sem a qual a troca não é efetiva. Este espaço de estratégias está inscrito, igualmente, no dispositivo socio-linguagem” (CHARAUDEAU, 2005, p. 03).

2.2 O discurso político

Patrick Charaudeau, logo no prólogo de seu livro “*Discurso Político*” (CHARAUDEAU, 2018b), coteja o discurso político ao jogo de máscara. A partir da perspectiva da análise do discurso, trata-se de um jogo de imagens, cuja construção é reflexo do encontro entre sujeitos que almejam ser aquilo que discursam, ou seja, a imagem que se quer construir, a qual transmitem para outrem. Ainda suscita:

“O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscara. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 8).

Para Charaudeau (2018b, p. 16), o discurso político é constituído em um contexto psicossocial, linguagem e requer dos sujeitos uma tomada de posição com relação à “linguagem, ação, poder, e verdade, a fim de determinar a problemática particular na qual será estudado o discurso político”, haja vista que ele não pode ser desvinculado de uma perspectiva particular, individual.

A linguagem e a ação são componentes autônomos, de troca social de relação de interdependência, seguindo três princípios fundadores do ato de linguagem: um **princípio de alteridade**: “sem a existência do outro, não há consciência de si”; concomitante a um **princípio de influência**: “para que esse outro

pense, diga ou aja segundo a intenção daquele”; contudo, se os interlocutores do ato de linguagem apresentarem projetos de influência distintos, precisarão gerir sua relação conforme um **princípio de regulação** (2018b, p. 16).

Na relação linguagem e ação, no jogo político de dizer ser, parecer sem ser, fazer pensar etc., há princípios reguladores da transação concebida a partir de um enquadramento que pretende colocar os enunciadores em lugares de poder distintos (dominante e dominado). A essa finalidade, chamamos de enfoque, cuja exigência é:

“a de ver a intenção seguida de efeito. Essa condição completa o enfoque comunicacional por meio de um objetivo que consiste em colocar o outro na obrigação de tomar uma decisão desagradável, isto é, em uma relação de submissão à posição do sujeito que fala” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 17).

Isso se estabelece na relação de poder da ação no ato de linguagem, construída a partir da posição, do lugar de onde se fala, submetendo um sujeito a uma posição inferior, de submissão, e, ao outro, de autoridade. Assim:

“Da mesma forma, o sujeito-alvo é colocado em uma posição de dominado, o sujeito de autoridade em posição dominante e os dois em uma relação de poder. Assim, pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 17).

Evidenciamos que a ação política faz do sujeito (revestido de autoridade e reconhecido pelo outro) um decisor capaz de se empenhar a fim de que seu projeto tenha êxito, viabilizando os meios de atingir suas metas. “Toda ação é finalizada em função de um objetivo e se estrutura em um espaço fechado irreversível, que faz com que o responsável, o agente, seja um decisor que deve se dar os meios de atingir seus fins” (2018b, p. 17).

Essa ação política organizará e determinará a vida política com a finalidade de influenciar a decisão coletiva de uma comunidade, com o objetivo de viver bem juntos. Sendo assim, a ação política sofrerá alterações, exigirá um lugar de discussão coletiva, para as tomadas de decisões, elaborações de projetos, pelos indivíduos que constituem o coletivo. Logo se faz necessária uma estrutura: um compromisso de ação, discutido entre ambos; um representante obrigado a prestar contas de sua movimentação. Logo:

“Daí resulta uma organização de ação política que compreende um espaço de discussão dos objetivos a definir (tanto nos partidos, sindicatos e outros grupos associativos quanto nas mídias), um *modo de acesso à representação do poder* (eleições) e *modalidade de controle* (no interior das diversas instituições e no exterior, por movimentos reivindicativos diversos). Vê-se que a linguagem não está ausente do desenrolar da ação política, já que esse espaço depende de um espaço de discussão” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 18).

Temos as instâncias política e cidadã que podemos depreender na ação política, onde a primeira “que é delegada e assume a realização da ação política (...) é de decisão, deve, portanto, agir em função do possível”. A segunda, “que está na origem da escolha dos representantes do poder por uma vontade cidadã (e não autoritária), que a elegeu para realizar o desejável” (2018b, p. 18-19). Assim compreendemos:

“Isso faz com que ao espaço de discussão que determina os valores responda um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um sentir com os outros que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 19).

O discurso político também é constituído por noções de filosofia política que “se questiona sobre os fundamentos do pensamento político”; por ciência política que “se questiona menos sobre o fundamento de um tipo de pensamento que sobre a própria ação política em relação às suas finalidades pragmáticas e a seus efeitos” (2018b, p. 34). Essas noções são relevantes para analisar o fracasso e o progresso do sujeito político, princípios de governanças, comportamentos, ideologias, pensamentos, entre outros.

2.2.1 O lugar de fabricação do discurso político

De qualquer lugar se pode fabricar o pensamento político, que não é exclusividade, apenas, de sujeitos ocupantes de cargos políticos. Indistintamente, qualquer indivíduo pode desenvolver um discurso político por alguma causa e externar. O interlocutor que proferir “qualquer enunciado, por mais inocente que seja,

pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar” (2018b, p. 39), sem necessariamente fazer parte da esfera política.

Conforme Charaudeau, é a situação que torna o discurso político. “A produção de sentido é, uma vez mais, uma questão de interação e é, portanto, segundo os modos de interação e a identidade dos participantes implicados que se elabora o pensamento político” (2018b, p. 40). Logo, Charaudeau propõe três lugares de fabricação do pensamento político, baseados na troca linguageira, cuja interação proporciona um lugar de elaboração dos sistemas de pensamento político, de comunicação e de produção de comentários.

Esses lugares de fabricação do discurso, que não são estanques, estão em plena simbiose, uma vez que todo discurso de qualquer formação discursiva é social e, ao interagir nos grupos, reconstrói-se. Assim temos o **sistema de pensamento**, cujo discurso político é fundador de um ideal em função de certos princípios a fim de construir opiniões e posicionamentos; o **ato de comunicação** com os atores da cena política que influenciam opiniões para obter seus interesses, constroem imagens e usam de estratégias de persuasão; o **comentário** é um discurso sobre o político, fora da ação política, cujo objetivo é o conceito político. Logo o discurso político:

“está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação, o que tornaria mais justo falar dos discursos do conceito político do que do discurso político” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 42-43).

Na presente dissertação, analisamos, como cena política do **ato de comunicação**, o dispositivo Twitter, onde o discurso político é fabricado pelos atores políticos, por meio do gênero discursivo tweet. Nesse cenário, os discursos políticos têm como enfoque salientar ações, expor, defender e influenciar opiniões, com o objetivo de mostrar que (o sujeito político) está cumprindo, cabalmente, sua função de gestor político e, conseqüentemente, obter a anuência consensual de seus seguidores. Além de ter conhecimento das possíveis rejeições, uma vez que, nesse dispositivo, também são permitidos os **comentários**, onde são postados discursos acerca do político e de suas postagens.

2.2.2 O contrato de comunicação política

No contrato de comunicação do discurso político, os sujeitos do ato de linguagem, que pertencem a uma mesma instância (a política), estabelecem um concerto entre as representações linguageiras. Nesse contrato, também é possível identificar dois lados: o lado dos dominantes e dos dominados a partir das significações e dos efeitos que sucedem de um complexo jogo de alteridades. Assim:

“As significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamento dos saberes e das crenças que são construídos por uns e construídos por outros. Essa construção-reconstrução se opera segundo o lugar ocupado no contrato e, ao mesmo tempo, segundo o posicionamento dos indivíduos que ocupam essas posições. Ora, esses posicionamentos resultam de linhas de pensamento diversas, de reações ao mesmo tempo emocionais e intelectivas e de interações em situações particulares em que eles estão alternadamente em posição de dominante e de dominado” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 52-53).

O contrato de comunicação política é constituído na situação comunicativa, pelos atores políticos, os quais falam de um lugar / cargo / função, cujo reconhecimento é legitimado por ambas as partes na instância política (lugar do “poder fazer”). O contrato também prevê algumas restrições para que mantenha uma regulação das práticas linguageiras, haja vista que ambos os atores do ato de linguagem reconhecem bem as condições de troca pertinentes à instância política. Para Patrick Charaudeau:

“Assim, em cada dispositivo, as instâncias se definem de acordo com seus atributos identitários, os quais, por sua vez, definem sua finalidade comunicacional. Em todo ato de comunicação, o conhecimento das pessoas é necessário, mas de forma alguma suficiente. É preciso acrescentar o conhecimento das instâncias, sem o qual a interpretação do falar das pessoas seria equivocada. Esse aspecto é importante para a análise do discurso político. Ele evita que caia em dois extremos: o que consiste em reduzir as explicações dos fatos políticos apenas à personalidade psicológica e social dos atores reais da vida política; e o que consiste em interessar-se apenas pelas ideias veiculadas pelos discursos (a ideologia), sem levar em conta a natureza das instâncias do dispositivo” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 55).

A instância política se encontra no lugar em que os sujeitos do ato de linguagem buscam autoridade e credibilidade para se manterem, para gerirem

suas decisões e suas ações. Os sujeitos pertencentes dessa instância buscam legitimidade para governança, para se fazer pensar, para manipular. “No entanto, a instância política não pode afirmar de forma explícita que é movida pelo desejo de ocupar o lugar do poder e nele se manter; isso seria contraproducente” (2018, p. 56), pois está a serviço do povo, como seus representantes e não de seus interesses pessoais.

A instância cidadã se concatena à instância política de forma mútua, contudo se encontra em um lugar “em que a opinião se constrói fora do governo. É o lugar no qual os atores buscam um saber para poder julgar os programas que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes” (CHARAUDEAU, 2018, p. 58). Logo, essa instância é de suma importância, porque tem o poder de legitimar, de dar credibilidade, de reivindicar, interpelar, entre outros, seus representantes políticos.

A instância midiática, assim como a instância cidadã, está externa ao governo. A instância midiática funciona como uma vinculação variada que faz a conexão por meio dos canais de informações (*outdoor*, cartazes, panfletos etc.) entre as instâncias política e cidadã. Essa ligação também envolve:

“Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, ao mesmo tempo, estão em busca da credibilidade dos cidadãos (e dos políticos) – o que inscreve essa instância em uma lógica democrática – e de captação do maior número de adeptos, dada sua situação de concorrência com outros órgãos de informação – o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 62).

Portanto, ao analisarmos o dispositivo Twitter, temos um contrato de comunicação política entre os sujeitos do ato de linguagem, que se encontra na instância midiática, fora da esfera de governança política. Essa instância funciona como um modo de mediação entre a instância política e a cidadã, cujos atores políticos legitimam informações sobre suas funções, suas ações entre outros, a fim de conquistar a confiança e a credibilidade dos cidadãos, ou seja, dos indivíduos filiados, simbolicamente, a uma mesma comunidade nacional (instância cidadã).

No dispositivo Twitter, analisamos os sujeitos relevantes da instância política (entre os anos 2019 e 2021), o prefeito da cidade do Rio de Janeiro (em 2019 e 2020) Marcelo Crivella e o presidente do país (2019 a 2021) Jair Bolsonaro. Ambos

são pertencentes à mesma esfera política e compartilham de ideologias afins, que emergem em seus discursos por meio do gênero discursivo tweet.

2.2.3 Estratégias do discurso político

A maioria dos cidadãos eleitores (TUi) escolhem seu candidato a partir de uma análise superficial da imagem criada pelo discurso do EUE-político, cuja principal característica é expressar propostas que atendam ao bem comum de todos. O EUc, conscientemente ou não, fabrica uma imagem discursiva de líder responsável, preocupado pelo interesse da população em geral, em seus programas políticos.

Essa imagem discursiva é constituída através dos discursos proferidos, que articulam estratégias do discurso político a fim de produzir um efeito de convencimento, de reconhecimento entre candidato e eleitor. Para isso, o EUE-político atribui ao seu discurso palavras, expressões, que evocam crenças, mitos, elementos sagrados etc, na memória do TUi. Assim o sujeito político cria para si uma dupla identidade política; relaciona pensamento e prática política. Charaudeau discorre:

“O político encontra-se em uma dupla posição, pois, por um lado, deve convencer todos da pertinência de seu projeto político e, por outro, deve fazer o maior número de cidadãos aderirem a esses valores. Ele deve inscrever seu projeto na “longevidade de uma ordem social”, que depende dos valores transcendentais fundados historicamente. Ao mesmo tempo, ele deve se inscrever na volátil regulação das relações entre o povo e seus representantes” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 79).

É aconselhável ao sujeito político o desenvolvimento de duas identidades discursivas que resultem em um **posicionamento ideológico**, cuja identidade discursiva corresponda ao conceito político: o pensar sobre a vida dos cidadãos; e em um posicionamento referente ao **processo comunicativo**, cuja identidade discursiva resulte da construção da posição do sujeito nas práticas políticas: lugar de estratégias de poder.

A dupla identidade discursiva se constitui a partir das estratégias do “parecer”, ou seja, “um *EU-nós*, uma identidade do singular-coletivo” (2018b, p. 80), uma voz que, primeiramente, fala por todos, em nome de todos; em segundo, é portadora e

defensora de valores transcendentais, indispensáveis almeçados pelos cidadãos; em terceiro, posiciona-se como o anunciador de um ideal social. São três vozes que se fundem: do Terceiro, do *Eu* e do *Tu-todos*, na voz do político. Conforme Charaudeau:

“O político, em sua singularidade, fala para todos como portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas o porta-voz de um *Terceiro*, enunciador de um ideal social. Ele estabelece uma espécie de pacto de aliança entre estes três tipos de voz – a voz do *Terceiro*, a voz do *Eu*, a voz do *Tu-todos* – que terminam por se fundir em um corpo social abstrato, frequentemente expresso por um Nós que desempenha o papel de guia” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 80).

O EU-político assume uma postura de líder ideal para representar os cidadãos a partir de uma identidade construída em seu discurso. Essa identidade reflete os valores sociais, modulados por sentimentos que atendem a necessidade de todos, por isso é considerado e reconhecido como um porta-voz dos eleitores. Além disso, “é preciso, portanto, que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções” (2018b, p. 80-81).

Outra estratégia do discurso político é a persuasão, a capacidade do sujeito político de convencer o público (TUi) de seus ideais que, na verdade, são ideais pensados para o povo o qual representa. A persuasão é uma estratégia que revolve com a emoção e a razão. Logo, o discurso político também é uma prática linguageira a qual envolve os sentimentos, o campo das emoções:

“[...] admite-se que não se pode descartar os sentimentos em nenhum processo linguageiro que tenda a influenciar o interlocutor, mas, ao mesmo tempo, que convém distinguir ‘convicção’ de ‘persuasão’. A primeira pertenceria ao puro raciocínio, fundar-se-ia sobre as faculdades intelectuais e estaria voltada para o estabelecimento da verdade. A segunda pertenceria aos sentimentos (hoje em dia, diríamos ‘ao afeto’), fundar-se-ia sobre os deslocamentos emocionais e estaria voltada para o auditório. O *logos*, de um lado, o *pathos*, de outro, a que é preciso acrescentar o *ethos*, que diz respeito à imagem daquele que fala e que é igualmente suscetível de tocar o auditório pela possível identificação deste à pessoa do orador” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 81- 82).

Devemos nos atentar para a questão das categorias de convicção e de persuasão na construção da argumentação. Se a razão (convicção) e a paixão (persuasão) são concatenadas de forma independente ou se estabelecem uma

relação tão intrínseca a ponto de não ser uma tarefa fácil distinguir o que seria de uma e o que seria de outra.

No discurso político, a argumentação é elaborada pelas categorias de paixão e de razão na mesma proporção. Essas categorias são inerentes e notórias na encenação discursiva que visa tocar / transformar o “estado de espírito” do sujeito destinatários, contudo, vale ressaltar que não há nenhuma garantia prévia de que isso acontecerá.

Percebemos que, na situação comunicativa, na encenação discursiva, no espaço interno do dizer, o discurso político ora transita entre a ordem da razão e ora entre a da paixão, mescla *logos*, *ethos* e *pathos* com a finalidade de corresponder às expectativas da instância cidadã e ajudá-la a compreender o que, supostamente, o faria aderir um valor em detrimento de outro.

Com isso, o político deve escolher a estratégia mais adequada na construção de sua imagem (*ethos*) “[...] para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político” (2018, p. 84).

Para o EUE-político conquistar a simpatia do público, precisa atentar para fatores imprescindíveis: como sua identidade social é construída e o que ela comunica à instância cidadã; como a opinião pública é construída e se pode lhe ser favorável ou desfavorável; como os outros políticos têm se posicionado diante de sua imagem e ações, se são aliados ou adversários.

Enfim, o EU-político carece ponderar tudo que for necessário para a construção de sua própria imagem a fim de conquistar o carisma dos eleitores, conseqüentemente, aumentar o número de asseclas que concordam com seus projetos e ações com fins políticos. Além de se preparar, caso precise se defender ou atacar pessoas, ideias ou ações, cuja intenção seja contrapor seus ideais políticos.

No discurso político, o EUE revela a imagem construída de si por meio daquilo que diz. A imagem que cria de si funciona como uma estratégia política, cuja finalidade é obter popularidade entre os cidadãos (possíveis eleitores). Conforme Charaudeau, “o ideal para o político seria conseguir se constituir como *efigie* que, se possível, remeteria a mitos universais” (2018b, p. 85). Isso significa se imortalizar na época de seu mandato político.

Essa imortalidade só seria possível, se as ações (saber criar acontecimentos) corresponderem ao discurso, se a imagem de sujeito tiver um temperamento, uma postura firme que se efetive em seu discurso e se perdure por um tempo considerável. Estrategicamente, a coerência entre o que se diz e o que se faz pode viabilizar um estado de “efigie”, imortal e, talvez, atemporal.

Nessa estratégia de criação da imagem de si, temos o “*ethos* como espelho da cidadania”, ou seja, a imagem do político espelha à expectativa do cidadão. Isso acontece, justamente, porque, no ato de linguagem, na situação comunicativa, há uma encenação linguageira, no espaço do fazer psicossocial da produção e uma encenação discursiva, no espaço do dizer. Ambas estabelecem uma relação intrínseca, pois uma depende da outra para construir sentido. Sendo assim “o político encontra-se sempre tomado por uma dramaturgia que o obriga a construir para si um personagem, certa figura que vale como imagem de si, e que faz com que a construção do *ethos* tenha características próprias” (2018b, p. 85).

O *ethos* político só existe porque imerge no imaginário cidadão, correspondendo ao desejo de seu eleitorado, promovendo um “contrato de reconhecimento implícito”. Essa correspondência e esse contrato se iniciam a partir de um denominador comum que pode ser constituído a partir de crenças, valores, princípios, que integram uma força simbólica ao unir as duas instâncias (cidadã e política).

Desse jogo de espelho entre as instâncias, surge uma terceira a qual funciona como uma “figura ideal de referência”. Nessa figura, o cidadão eleitor almeja se espelhar, quer se reconhecer no político candidato. Por isso, busca suas crenças, valores, princípios, na imagem daquele que acredita ser a personagem ideal para representá-lo.

Apesar do jogo de espelho passar a ideia de uma relação harmoniosa, ainda podem ocorrer imagens contraditórias e frágeis nesse jogo. Isso porque não há a certeza de se obter o resultado esperado ao se projetar para o outro. Logo, a contradição pode advir de um “valor positivo” relacionado à situação socioeconômica suntuosa, inerente à imagem de “poder político” (sua credibilidade está na condição opulenta que tem); em oposição, de um “valor negativo”, uma vez que é rico, nunca compreenderá a penúria de um desvalido.

A contradição também pode acontecer entre imagens positivas, porém opostas, como de um *ethos* “de ‘controle de si’, na verdade, de ‘moderação’,

necessário à construção da simbologia do chefe, e um *ethos* de ‘paixão’ que faz aparecer uma humanidade sob a máscara de político igualmente necessária à construção do chefe humano” (2018b, p. 88).

Essas possíveis contradições revelam as fragilidades das imagens, pois podem ser ovacionadas em um dia e ultrajadas em outro. Não há como garantir o sucesso da imagem criada, pois depende de fatores externos (por exemplo manipulação da mídia), temporais (momento histórico de uma época) que transcendem ao controle dos sujeitos de fala.

A imagem do sujeito também é construída com base na dramatização (*páthos*) do discurso a qual evoca sentimentos a fim de que o TUi seja sensibilizado, comovido. Há uma jogada com as emoções nessa estratégia, que visa suscitar comportamentos, sensações, produzidas pelo discurso dramatizado. O EUe-político tenta estabelecer uma relação de proximidade com seu eleitorado, proferindo enredos do cotidiano, baseados em experiências empíricas de alguém que também é cidadão do povo brasileiro.

Para incitar uma reação emocional nos interlocutores, é necessário combinar três fatores: a natureza do universo de crença; a encenação discursiva; o posicionamento do interlocutor em relação às crenças e ao estado de espírito do TUi. Logo, o sujeito de fala, EUc, deve construir o seu discurso, considerando as crenças, os valores que se imagina do TUi, na encenação discursiva, da situação comunicativa.

No discurso político, o triângulo da dramaturgia política formado pelo: *logos*, *pathos*, *ethos*, respectivamente, trata-se de argumento (razão), de paixão, de imagem. Essa tríade compõe uma encenação dramatizada que resvala o público de forma negativa ou positiva a partir de um cenário propenso.

Nessa perspectiva, pensemos nas disputas eleitorais políticas, nas propostas dos candidatos, os quais, inicialmente, são adversários, como um cenário semelhante ao de um conto, evidenciando as etapas e os elementos da narrativa a fim de se criar um conflito que surge do mal (o adversário), solucionado a partir da intervenção do típico herói dos contos, o salvador, seja de ordem natural ou sobrenatural.

Assim, o público eleitor passa a ter seu libertador, alguém capaz de compreender suas necessidades, impetuoso o bastante para enfrentar qualquer adversário que queira propagar algum mal na sociedade. A instância cidadã se

identifica com o candidato salvador, entra na luta, na disputa eleitoral com ele e, conseqüentemente, adere a seus projetos e suas ações.

Logo, percebe-se uma desordem social em que a instância cidadã se vê vítima e enxerga todo mal materializado na imagem do adversário político, um legítimo inimigo. Provavelmente, com crenças e com valores distintos da população majoritária, provocando uma certa estranheza.

Essa desordem, como um estado de fato, persuade os eleitores com a existência do mal que é capaz de vitimar pessoas; já como um estado potencial, gera uma expectativa de um possível mal, o que provoca um intenso temor originador de angústia.

A matriz do mal pode ser encarnada em uma figura individual, um nome expoente de algum indivíduo, ou pela representação de um grupo que fomenta e desempenha a exclusão, havendo assim, a necessidade, proeminente, de um “salvador da pátria”. Um EUE-político com essa imagem, em meio ao caos, certamente, tem a possibilidade de conquistar o público.

De acordo com a desordem social, a evidência do mal é vislumbrada tanto pela instância política, quanto pela instância cidadã. Com isso, o EUE-político joga com as estratégias de desqualificação do adversário, este que, por conseguinte, é o mantedor ou causador de todo mal. Logo, criam-se procedimentos discursivos que interagem com o público a fim de trazer à luz toda negatividade trazida pelo adversário.

Os procedimentos discursivos usados para negatizar a imagem do adversário político são extremamente dinâmicos e criativos. Como exemplo de procedimentos, há o debate entre os candidatos promovido por várias instâncias midiáticas, a votação informal, a pesquisa de opinião sobre os candidatos, entre outros.

Com base na culminância desses métodos, o político, em momento oportuno, profere seu discurso a fim de desqualificar as ideias do adversário, apresentando-as como totalitárias. Assim, aproveita para evidenciar ao povo as conseqüências negativas provocadas pela instância adversária. O EUE-político se empenha em mostrar as contradições do adversário e, também ressaltar a manipulação que o discurso dele produz.

Outra estratégia imprescindível do discurso político é a escolha dos valores pertinentes à opinião pública, pois o político precisa se manter ou alcançar o poder. Para isso, não precisa negar suas convicções, mas alinhá-las a da maioria de seu

eleitorado, com o objetivo de se manter na preferência da esfera cidadã. Contudo, com o passar do tempo, tanto as opiniões quanto os valores podem mudar, sendo ressignificados, redefinidos e compartilhados de forma distinta.

É imprescindível eleger os valores adequados, contudo, é importante pensar na melhor forma de expô-los a fim de que produzam sentido na esfera política. Assim, “é preciso que a apresentação satisfaça a certas condições de **simplicidade** e de **argumentação**” (2018b, p. 97), para que os valores sejam aderidos pela instância cidadã.

A **simplicidade** é essencial para se fazer compreensível o discurso a todos. Contudo, corre-se o risco de ocultar algumas verdades relevantes, pois a complexidade do mundo não caberia em um discurso muito simples. O político precisa ter muita sensibilidade para selecionar as informações e relacioná-las de forma clara e concisa, sem tangenciar o essencial. “A condição de simplicidade acarreta sempre a perda de um pouco de verdade. Ela faz uso de um duplo procedimento: singularização e essencialização” (2018b, p. 98).

O procedimento da singularização sintetiza as ideias que são imprescindíveis de forma clara, a fim de evitar qualquer tipo de incompreensão ou de confusão das ideias. Apresenta-as uma por vez, leva o ouvinte a uma construção linear de pensamento e reflexão sobre o assunto exposto, mostrando sua relevância. Consequentemente, obtém a atenção do público em sua exposição.

Já o procedimento da essencialização traz a essência das ideias em discussão de forma natural, mostrando sua essencialidade. Utiliza-se da nominalização como recurso linguístico e característica dessa estratégia discursiva. Assim produz um efeito de ideia condensada que o processo de nominalização só revela o cerne. Conforme Charaudeau:

“O duplo procedimento de singularização e de essencialização dá lugar à existência de fórmulas cujo sucesso e impacto são variáveis. Quanto mais uma fórmula é concisa e, ao mesmo tempo, carregada semanticamente – apresentando, assim, de maneira global, uma ou mais ideias, essencializando-as e tornando-as fluidas – mais ela terá poder de atração. Essa é, ao menos, a hipótese psicossociológica que diz que quanto mais uma ideia é indeterminada, mais somos atraídos por ela. Esse tipo de fórmula é destinado a produzir um efeito de evidência” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 99).

Essa estratégia do discurso político também aproxima as instâncias políticas das cidadãs, pois um discurso bem elaborado e de acordo com o público-alvo pode

impactar de forma positiva o eleitor. Nessa estratégia, também são usados adágios, provérbios, frases, palavras, fora de seu contexto, acoplados, sutilmente, ao discurso político, sem se perceber sua origem ou autoria inicial.

Diferente da condição de simplicidade, temos a condição de **argumentação** em uma perspectiva persuasiva, cuja finalidade é mostrar e defender a verdade trazida no discurso político. Essa verdade é explicada, aclarada com argumentos sólidos, alinhados com os conhecimentos dos ouvintes (suas crenças). Assim se constrói um raciocínio lógico para ressaltar a intensidade da razão, embasando e provando tudo que é dito (ou seja, produz um efeito de prova).

Ao pensar a questão do raciocínio, vemos que no discurso político há dois tipos de raciocínio causal: o **principista** e o **pragmático**. O primeiro, é considerado principista “porque apresenta a finalidade como um princípio de ação”; o segundo, “porque apresenta uma premissa que implica uma consequência mais ou menos certa ou que visa a um objetivo” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 101).

O raciocínio causal principista é construído discursivamente a partir do alvo que se pretende atingir, o lugar que se almeja chegar, como se fosse a motivação para impulsionar a ação (da instância cidadã) de aderir ao discurso político. Assim, firma-se um princípio político que, conseqüentemente, gera o ato de votar (no princípio que se acredita). Esse raciocínio visa incentivar o cidadão à adesão ao projeto político proposto, dando-lhe a opção de uma escolha moral. Por isso, também é chamado de ético.

Já o raciocínio causal pragmático é constituído discursivamente por duas proposições que inferem possíveis consequências. Utiliza-se de silogismo com a premissa maior, em que há o termo maior, a ideia do predicado de conclusão, e a premissa menor, em que há o termo menor, a ideia de sujeito da conclusão. Assim, visa expor o cidadão a uma responsabilidade de que precisa escolher os meios para chegar a seus fins.

O EUE-político conhece bem a força dos argumentos que podem ser apresentados de infinitas formas, a fim de atender aos objetivos comunicativos pretendidos. Os argumentos mais impactantes são pela força das crenças partilhadas, pelo peso das circunstâncias, pela vontade de agir, pelo risco de não fazer a escolha certa, pela desqualificação do adversário, por analogia, também são relativos “à autoridade de si, que se funda em sua legitimidade ou credibilidade” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 101).

Em algumas situações, o EUE-político pode se utilizar do recurso de humor, contudo, vale ressaltar que a enunciação humorística, apesar do suposto efeito de divertimento que produz, poder ser rejeitada em um cenário político. Isso porque a instância cidadã tem a expectativa de que se mantenha a seriedade em um discurso político. Em suma, “todos esses procedimentos concorrem para dar ao discurso político uma aura de racionalidade, produzindo um efeito dramatizante” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 104).

No discurso político, também há, como estratégia, a mentira na cena pública. Essa mentira política é realizada pelo EUE o qual afirma, de forma convincente, aquilo que não acredita. Todavia, esforça-se, veemente, para convencer o TUI de que o que diz é o que realmente pensa. O EUE “deve dar a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que ele pensa” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 105).

A mentira é uma estratégia muito usada no jogo político, uma vez que o político não pode revelar, totalmente, o que realmente pensa. Também não pode mentir ao ponto de perder sua credibilidade. Precisa jogar com “meias verdades”, tentando atender às expectativas da instância cidadã, em uma jogada de espelhamento. “A mentira inscreve-se, portanto, em uma relação entre locutor e interlocutor: o primeiro deve considerar o saber do segundo (ou representar para si o universo de pensamento deste) para proteger seu próprio saber (CHARAUDEAU, 2018b, p. 105).

A mentira política se inicia na exposição das ações políticas futuras, ainda em campanha. Quando o EUE-político começa com suas promessas, sem a certeza de que irá cumpri-las, percebe-se as supostas “meias verdades” disfarçadas de verdades. Para produzir esse efeito, utiliza-se de estratégia da imprecisão, assim não poderá ser cobrado, caso o que prometera não aconteça.

Também é inerente a estratégia do silêncio com a justificativa de se proteger a população ou para se obter um bem maior. É o silêncio trabalhando para a sociedade, a fim do bem comum. Logo, também temos a estratégia da razão suprema, em que a mentira serve como “justificativa por se tratar de salvar o que constitui a identidade de um povo, indo de encontro à opinião pública ou mesmo à vontade dos próprios cidadãos” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 107).

Igualmente, há a estratégia de denegação quando se nega ter envolvimento em algo ilícito, quando não assume os próprios atos, quando mente para proteger

seus colaboradores ou, simplesmente, para se livrar de algo. A negação produz um efeito de mentira, também pode produzir um efeito de falso testemunho ao se negar a ação de si ou de outrem sobre algo. Essa estratégia complementa a de tergiversação a qual “joga com a impossibilidade de que sejam obtidas provas de implicação de pessoas em casos de corrupção” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 108).

Destarte, as estratégias usadas no discurso político têm finalidades variadas, pois servem para orientações diversas a fim de estabelecer uma relação empática entre o sujeito político e o público, e fazer com que aceitem a sua política e pessoa. O EUE-político precisa ser sensível a ponto de perceber a opinião pública, para ajustar o discurso aos seus eleitores ou a maioria deles.

3 GÊNERO DISCURSIVO

Ao se dedicar aos estudos da linguagem, Mikhail Bakhtin (2003, p. 262), estudioso russo, passou a utilizar o termo: **gêneros** com sentido mais abrangente, que transcenderia o seu sentido apenas literário (que permaneceu até o início do século XX, quando Bakhtin expandiu essa perspectiva em outras situações comunicativas). Com essa nova compreensão surge o termo **gênero discursivo** que será estudado com a finalidade de desenvolver o processo enunciativo da língua oral e escrita, socialmente.

Devido à abundância e à diversidade dos gêneros discursivos, o filósofo dividiu-os em **primários** e **secundários**, julgando o primeiro como simples e o segundo como complexos, que surgem e se modificam a partir da necessidade de sua interação social. Os gêneros secundários são mais desenvolvidos e organizados; já os primários são imediatos a fim de sanar a necessidade cotidiana de comunicação.

É notória a importância desses conceitos, para percebermos que o advento da tecnologia vinculada à comunicação (que poderíamos dizer ser a grande motivadora do tratamento deste assunto atualmente) deu origem a novos gêneros relativamente estáveis de enunciados, novas ações pela linguagem, tais como: *e-mail*, *tweet*, *blog*, ou seja, uma infinidade de gêneros provenientes do meio de comunicação mais acessado ultimamente: a internet. Os gêneros, de uma forma geral, não requerem um conhecimento de mundo formal para sua prática porque emergem da necessidade cotidiana social.

O falante, ouvinte, escritor, leitor, segundo Koch (2010, p.54), constrói, ao longo da sua existência, uma competência **metagenérica**, que diz respeito ao conhecimento de gêneros discursivos, sua caracterização e função. O indivíduo é capaz de se expressar (na modalidade escrita ou oral) por meio de gênero, que é um produto de sua interação social, pois somente com o conhecimento empírico de sua língua materna, utilizando-se de sequências textuais para compor o seu texto e inserido em uma esfera comunicativa, terá sucesso em sua interação sociolinguística. Para Koch,

“[...] é essa competência que nos propicia a escolha adequada do que produzir textualmente nas situações comunicativas de que participamos. Por isso, não contamos piada em velório, nem cantamos hino do nosso time de

futebol em uma conferência acadêmica, nem fazemos preleções em mesa de bar. Ainda, é essa competência que possibilita aos sujeitos de uma interação não só diferenciar os diversos gêneros, isto é, saber se estão diante de um horóscopo, um bilhete, um diário, uma aula, (...), etc., como também identificar as práticas sociais que os solicitam” (KOCH, 2010, p. 55).

Na perspectiva da análise do discurso semiolinguística, para Charaudeau, o gênero discursivo emerge na troca languageira, no ato de linguagem. Especificamente, é na situação comunicativa, a partir das regras do contrato comunicacional, da finalidade discursiva, da identidade dos sujeitos e do lugar que ocupam, que surge o gênero discursivo. Por isso, Charaudeau chama essa manifestação de linguagem de gênero situacional.

É na situação comunicativa que o gênero situacional apresenta determinada regularidade, estruturas linguística e composicional, haja vista, os modos de organização (enunciativa, narrativo, descritivo, argumentativo) em que o sujeito organiza sua intenção discursiva. Logo, o sujeito precisa de referências para se inserir no mundo dos signos, expressar suas intenções e se comunicar.

“Isso é o resultado do processo de socialização do sujeito através da linguagem e da linguagem através do sujeito, ser individual e coletivo. É conjuntamente que se constroem, em nome do uso, a normalização dos comportamentos, do sentido e das formas, o sujeito registrando-os em sua memória. Isso permite levantar a hipótese que existem no sujeito três memórias que testemunham cada uma das maneiras das quais se constituem as comunidades” (CHARAUDEAU, 2004, p. 3,4).

Essas memórias se referem à uma memória dos discursos, das situações de comunicação e das formas de signos. A primeira evoca às memórias de conhecimento empírico e de crenças que se tem sobre o mundo. São os discursos populares (conhecidos) que circulam, constituindo uma comunidade discursiva de sujeitos que compartilham de valores, de opiniões, de ideologias, semelhantes.

Já a segunda, na qualidade de dispositivos que podem organizar a troca languageira e que se caracterizam pelas condições psicossociais de realização, promovem a compreensão da expectativa entre os sujeitos, estabelecem um contrato de reconhecimento. Assim, são constituídas as situações de comunicação. Nestas memórias, o lugar situacional é mostrado e imprescindível para se distinguir as representações e fazer a interpretação adequada.

A memória das formas de signos tem a finalidade de troca, tanto da linguagem verbal quanto da não verbal, na perspectiva da forma de dizer. Ou seja, como será dito, a maneira de se expressar, o estilo de apresentação da linguagem; tornando-a uma memória semiológica. Desse modo, é possível fazer uma avaliação sobre a forma de se comunicar de acordo com a normatização partilhada. “A comunidade semiológica é, assim, igualmente uma comunidade virtual de sujeitos que se reconhecem através da “rotinização” das formas de comportamento e de linguagem” (CHARAUDEAU, 2004, p. 4).

Percebemos que essas memórias perpassam a situação comunicativa, o sentido dos signos, a estrutura semiolinguística discursiva e se articulam entre si. Assim os gêneros discursivos são evocados da memória dos sujeitos, porque há experiências semiolinguísticas empíricas, que foram constituídas ao logo da vida, em práticas sociais languageiras e registradas através das representações e vivências.

Para analisar os gêneros discursivos, precisaremos considerar os princípios gerais que se entrelaçam com a teoria semiolinguística do discurso e os mecanismos que os colocam em funcionamento.

Na qualidade dos princípios gerais, trataremos apenas do “princípio de influência” o qual se constitui concatenado a certa visada, que conduz o ato de linguagem na situação comunicativa. Já o grau dos mecanismos do funcionamento é duplo, porque organiza o domínio das práticas na situação comunicativa (lugar de troca languageiras) e a discursividade (lugar onde ocorre “maneiras de dizer”), ou seja, os procedimentos semiodiscursivos.

As visadas discursivas vão delinear a finalidade comunicativa do gênero discursivo, porque revelam a intencionalidade psico-sócio-discursiva que se referem à expectativa do sujeito falante do ato de linguagem. Conforme Charaudeau, “As visadas correspondem, assim, às atitudes enunciativas de base que encontraríamos em um grande corpus de atos comunicativos reagrupados em nome de sua orientação pragmática, mas além de sua ancoragem situacional” (CHARAUDEAU, 2004, p. 5).

Vale ressaltar que as visadas obedecem a um duplo critério para serem definidas. Os critérios são a intenção pragmática que o EU estabelece a partir de seu posicionamento e da força que exerce com o TU; e a posição que o TU deve estabelecer em relação ao EU (atendendo ou não ao EU). A partir disso, atentaremos para as seis visadas mais elementares:

- a visada de “prescrição”: eu quer “mandar fazer” (faire faire), e ele tem autoridade de poder sancionar; tu se encontra, então, em posição de “dever fazer”.
- a visada de “solicitação”: eu quer “saber”, e ele está, então, em posição de inferioridade de saber diante do tu mas legitimado em sua demanda ; tu está em posição de “dever responder” à solicitação.
- a visada de “incitação”: eu quer “mandar fazer” (faire faire), mas, não estando em posição de autoridade, não pode senão incitar a fazer ; ele deve, então “fazer acreditar” (por persuasão ou sedução) ao tu que ele será o beneficiário de seu próprio ato ; tu está, então, em posição de “dever acreditar” que se ele age, é para o seu bem.
- a visada de “informação”: eu quer “fazer saber”, e ele está legitimado em sua posição de saber ; tu se encontra na posição de “dever saber” alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como de seu surgimento.
- a visada de “instrução”: eu quer “fazer saber-fazer”, e ele se encontra ao mesmo tempo em posição de autoridade de saber e de legitimação para transmitir o saber ; tu está em posição de “dever saber fazer” segundo um modelo (ou modo de emprego) que é proposto por eu.
- a visada de “demonstração”: eu quer “estabelecer a verdade e mostrar as provas” segundo uma certa posição de autoridade de saber (cientista, especialista, expert) ; tu está em posição de ter que receber e “ter que avaliar” uma verdade e, então, ter a capacidade de fazê-lo (CHARAUDEAU, 2004, p. 5).

Na situação comunicativa, haverá sempre uma ou duas visadas predominantes, contudo poderá ter outras de forma secundária. Tudo dependerá da finalidade do discurso e dos outros componentes elementares, tais como a identidade dos participantes, o propósito temático, as circunstâncias.

Portanto, a necessidade de entender a funcionalidade e a praticidade dos gêneros sintetiza a busca de ações verbais adequadas a cada modalidade pretendida, seja oral ou escrita, antiga ou contemporânea. Também permite ao indivíduo a melhor comunicação que se quer transmitir ou server; em especial, nesta dissertação, constataremos isso nos discursos político-bíblicos no gênero discursivo *tweet*.

3.1 O Twitter como dispositivo político

A situação comunicativa que analisamos, nesta pesquisa, realiza-se na esfera midiática da internet, por meio do dispositivo Twitter, o qual funciona como um elemento imprescindível do contrato de comunicação virtual. Esse dispositivo compreende alguns materiais estruturados em sistemas semiológicos (escrita, som,

imagem, vídeo); e se estabelecem também com o suporte de mídia, ou seja, um canal de transmissão (tela de computador, tablet e celular); com o subsídio de uma tecnologia específica: que, aqui, entendemos como “conjunto da maquinária, mais ou menos sofisticada, que regula a relação entre os diferentes elementos do material e do suporte” (CHARAUDEAU, 2018, p.105-106).

Para uma compreensão do dispositivo Twitter, precisamos partir dos elementos semiológicos, do significante *twitter* (palavra de origem inglesa), cuja tradução, em língua portuguesa, refere-se a canto, ao gorjeio, em especial de pássaro, porque não há uma palavra equivalente. O twitter é um dispositivo que veicula uma mensagem (gênero discursivo designado de *tweet*) através do meio de comunicação mais usado no mundo: *internet*. A partir dessa função, compreendemos claramente a significação do símbolo do dispositivo Twitter: um pássaro branco (representa a mensagem) sobre um fundo azul, que remete ao céu (representa a internet, que liga todos os lugares do mundo).

Esse dispositivo permite que as pessoas criem um perfil com dados pessoais, contudo, ele não se responsabiliza pela idoneidade das informações cadastradas, de pessoas não populares. Já as pessoas famosas, de importância pública, o próprio dispositivo emite um símbolo e o coloca ao lado do nome do usuário (mais um elemento icônico) a fim de sinalizar que se trata, efetivamente, de um perfil verdadeiro.

Após criar uma conta no Twitter, o segundo passo é seguir perfis de pessoas, de instituições, de emissoras etc., e também ser seguido por outras pessoas que já o conheçam ou que, simplesmente, estejam interessadas em seus conteúdos postados. Assim, cada usuário pode se conectar ao perfil que quiser, de acordo com suas preferências, criando sua própria rede de relações.

O Twitter é uma rede social que viabiliza e formata o gênero discursivo *tweet*, que se apresenta em estruturas sociocomunicativas, funcionais, relativamente estáveis, com intentos enunciativos. Também é usado para a prática de entretenimento, divulgação, de microblogue. Trata-se de um **dispositivo** virtual que “registra como é organizado e regulado” o gênero discursivo *tweet* “de acordo com normas de comportamento e com um conjunto de discursos potencialmente disponíveis, aos quais os parceiros poderão se referir” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 54). Consoante Patrick Charaudeau:

“Em uma perspectiva da análise dos fatos de comunicação, o dispositivo é, antes de tudo, de ordem conceitual. Ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas languageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade. Mas o emprego do dispositivo depende também das condições materiais em que se desenvolve a troca languageira” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 53).

Esses “parceiros” são “entidades humanas, cada qual sendo o lugar de uma intencionalidade, e categorizadas em função dos papéis que lhe são destinados” (CHARAUDEAU, 2018b, p. 55). São os sujeitos do ato de linguagem (parceiros), os quais interagem entre si, a partir do tweet postado no dispositivo Twitter. Salientamos também que esses sujeitos atuam a partir de um lugar de autoridade, proveniente da função que ocupam no dispositivo.

O Twitter, como dispositivo político, aquiesce a comunicação direta entre as instâncias política e cidadã, produz um efeito de sentido de proximidade entre ambas, como se estivessem fora da governança. Contudo, esse efeito é ilusório, pois o comportamento dos sujeitos e dos discursos políticos alteram a cena discursiva, transformam-na em um cenário político, também de domínio político, em instância, predominantemente, política. Logo, para a instância cidadã, trata-se apenas de uma via direta para reivindicar, interpelar, exigir explicações, entre outros.

Portanto, nesse dispositivo, os sujeitos políticos se comunicam com seus seguidores (possíveis eleitores) por meio do gênero discursivo tweet, estabelecem um contrato de comunicação política, através da regulação das práticas sociais languageiras (em uma relação entre o político – líder do povo – e o eleitor ou cidadão pertencente ao povo liderado) que a formatação do Twitter possibilita, em um domínio discursivo, aparentemente, político.

Assim, pressupõe-se que os sujeitos do ato de linguagem são conhecedores das restrições (as regras de uso do dispositivo twitter), porque fazem uso adequado de suas ferramentas. As mensagens só são publicadas se atenderem as exigências de configuração do dispositivo twitter. Essa consciência compreende, nas práticas languageiras, as trocas que se constituem em um quadro de cointencionalidade.

3.2 Especificidades do Gênero Tweet

Para compreendermos com a clareza necessária o *tweet*, partamos de sua etimologia enquanto significante: é uma palavra, em inglês, que sugere gorjeio, som emitido por pássaros. No contexto da rede social, em uma abordagem semiológica, sua significação se refere à produção dos usuários, nas postagens, isto é, uma analogia simbólica de “som emitido” pelos internautas, um pensamento em voz alta, o qual se materializa e se manifesta por meio da linguagem verbal e/ou não verbal.

Ao analisar o funcionamento do tweet, notamos que a estrutura da mensagem é relativamente estável (demarcada e regulada, principalmente, pelo dispositivo Twitter), delinea um padrão sociocomunicativo, com o propósito enunciativo de informar algo de forma sintetizada, através de práticas e trocas languageiras, além de produzir um efeito de sentido de impacto ao interlocutor, por sua característica estrutural sintética, objetiva. Após essa análise e a partir de nossa competência metagenérica, podemos asseverar que o tweet se trata de um gênero discursivo por funcionar a partir de um dispositivo, cujo material, suporte e tecnologia são projetados para a circulação, somente, na esfera da internet.

O gênero discursivo tweet compele aos usuários a organizarem seus textos de forma concisa, pois sua forma textual (pré-determinada pelo dispositivo twitter) só pode atingir, no máximo, 280 caracteres, isso inclui: pontuação, espaçamento, entre outros recursos. Esse gênero também pode ser considerado híbrido, porque também permite a inserção de imagem, vídeos, gifs etc., com limitações, pois sua principal função é se comunicar de forma objetiva, sucinta. Essas restrições, que regulam o volume e a postagem de textos verbais ou não verbais, são determinadas pelas configurações internas do dispositivo twitter. Logo, percebemos uma importante interferência na composição estrutural do gênero discursivo tweet.

O twitter, enquanto dispositivo midiático, também permite ao leitor/seguir/usuário: **responder/comentar**, **retweetar**, **curtir** e **compartilhar** o tweet que fora postado. O ato de **responder/comentar** concede a interação direta entre o seguidor e o perfil que se segue. Já a ação de **retweetar** permite ao usuário a repostar o tweet de alguém, exatamente, como fora postado. Contudo, também lhe é consentido escrever algo, que será acrescido junto à mensagem retweetada, mas sem alterar nada do tweet alheio. O feito de **curtir** assente comunicar uma afeição

pelo tweet alheio ou pelo seu próprio. A prática de compartilhar anuí o compartilhamento de tweet para outros dispositivos, em forma de link. Essas ações são simbolizadas por signos iconográficos, gerados pelo dispositivo, logo após a postagem do tweet. Basta passar o cursor do mouse para obter o nome das ações.

Todo esse funcionamento do twitter em prol do gênero discursivo tweet promove uma interação entre os sujeitos do ato de linguagem, além de propagar uma informação, rapidamente, em poucas palavras, de forma abreviada. Por isso, podemos inferir que essas sejam as motivações que impelem os internautas ao uso assíduo e rotineiro desse gênero discursivo; como exemplo, pensemos nos sujeitos políticos de nosso país. Há algum tempo, os políticos têm usado o twitter como principal veículo de comunicação. Isso tem sido uma prática cada vez mais encontradiça. Figuras políticas criam um perfil no dispositivo twitter, vinculam-se nas redes de seguidores, interagem com seus seguidores/eleitores/leitores por meio do gênero discursivo tweet.

Ao observar essa interação (fizemos isso no *corpus* desta pesquisa) e os recursos semiológicos do tweet, visualizamos uma situação comunicativa, com sujeitos do ato de linguagem. Nessa situação comunicativa, há um espaço externo, onde sujeitos comunicantes (seres sociais que criam o perfil no twitter) são designados pelos significantes que formam o nome de seu perfil. No espaço interno da situação de comunicação, percebemos um contrato de comunicação, através dos comportamentos dos interlocutores (neste caso, limitamo-nos aos perfis dos políticos e dos seus seguidores/leitores para exemplificar como a interação acontece na perspectiva da análise do discurso).

Na situação comunicativa, com sujeitos políticos, desenha-se um cenário político, com a atuação das principais instâncias: midiática, política e cidadã. Assim, o tweet toma uma forma peculiar para atender seus usuários. Passa a pertencer ao domínio discursivo político, pois seus interlocutores, através do espaço interno do dizer, proferem enunciados políticos, uma vez que assumem o papel de sujeitos políticos, representantes dos cidadãos, utilizadores de mídias. Destarte, é notória a maleabilidade desse gênero discursivo, que se amolda para dar conta de todos os componentes pertinentes à comunicação de seus usuários.

4 HETEROGENEIDADE DISCURSIVA

Conforme os postulados de Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade discursiva se manifesta ora de forma mostrada, ora de forma constitutiva. A primeira é marcada com recursos linguísticos que revelam uma consciência linguística sobre o que se diz e quem diz. A segunda é notória pelo atravessamento de um discurso que nos remete a um Outro. Ambos se evidenciam em uma relação dialógica.

Ao observar a relação dialógica entre os sujeitos do ato de linguagem, na situação comunicativa dos tweets, notamos discursos bíblicos atravessados no discurso político do presidente e do prefeito (enquanto EUs). A fim de analisar a relação dialógica inerente ao discurso, temos:

“A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa” (BAKHTIN, 2003, p.88).

Sabemos que não existe discurso neutro, pois todo discurso traz de forma explícita ou implícita vivências, experiências de outras situações comunicativas. Ao produzir um discurso, evocamos outros discursos provenientes de nossa memória discursiva. Esses discursos evocados atuam na constituição de um novo discurso, dando origem ao que chamamos de heterogeneidade discursiva.

“A heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. A primeira é aquela que não se mostra no fio do discurso; a segunda é a inscrição do outro na cadeia discursiva, alterando sua aparente unicidade. Naquela, o discurso não revela a alteridade em sua manifestação; nesta, a alteridade exhibe-se ao longo do processo discursivo” (AUTHIER, apud FIORIN 2004, p. 2).

No ato de linguagem, a partir da situação comunicativa dos Tweets, a heterogeneidade discursiva revela o discurso bíblico ora de forma mostrada com recursos linguísticos, citações diretas, expressões do campo semântico bíblico, ou seja, mostrando sua alteridade; ora de uma forma constitutiva sem demarcações explícitas, mas fundido no interior do discurso.

No corpus desta dissertação, identificamos a relação dialógica entre o discurso político e o discurso bíblico. Percebemos as formas de heterogeneidade

discursiva (mostrada e constitutiva) que constitui o enfoque de cada discurso; ou seja, a finalidade que ele constrói e o efeito de sentido que produz pelo e nos sujeitos da situação comunicativa.

Em suma, a exposição, aqui, do conceito da heterogeneidade proposta por Authier, é para construir uma compreensão acerca do interdiscurso, dos atravessamentos discursivos presentes e atuantes nos discursos políticos analisados no corpus.

4.1 O Interdiscurso

Para compreender o processo discursivo do interdiscurso, Maingueneau discorre sobre o primado do interdiscurso, como hipótese que se baseia na concepção de uma heterogeneidade constitutiva a qual concatena o “Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p.31). Logo, sugere uma tríade: universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo, a fim de aclarar a compreensão sobre o interdiscurso.

O universo discursivo se refere à constituição da formação discursiva em uma perspectiva finita, que norteia uma extensão máxima na construção dos domínios que podem ser investigados. Esse universo não é imprescindível para o analista do discurso, apenas para se ter uma noção do que trata cada universo, pois não pode ser assimilado em sua totalidade.

No campo discursivo, o agrupamento da formação discursiva se circunscreve na esfera do universo discursivo. O campo discursivo é identificado por sua função social e consonância formal (maneira de dizer) entre os discursos de um mesmo campo discursivo. Por exemplo, em um discurso do campo político, os discursos são distintos por causa de sua função social. Pode haver um discurso político com uma função eleitoral (campanha) e outro com uma função parlamentar (que medeia a relação entre o executivo e o legislativo).

Já os espaços discursivos, que estão no interior do campo discursivo, são considerados subconjuntos de formações discursivas selecionados e restringidos de acordo com a avaliação do analista. Por exemplo, no corpus desta dissertação, o discurso bíblico, que fora ressaltado, concatenado ao discurso político, é

consequência de uma escolha dos interlocutores. Logo, o discurso político pôde ser construído através do bíblico.

Figura 3 – O interdiscurso em Tweets

Tweets Tweets e respostas Mídia Curtida

1.285 4.367 21,3K

Jair M. Bolsonaro @jairb... · 26 fev

Da série João 8:32/O q leva parte da imprensa a mentir, deturpar, caluniar...enfim, atentar contra o Brasil 24h/dia? Abstinência de verba ou medo da verdade? -Jeremias 1:19/E pelejarão contra ti, mas não prevalecerão contra ti, porque eu sou contigo, para ti livrar, diz o Senhor.

11K 13,1K 65,1K

Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 3, observamos um campo político e, em seu interior, vemos espaços ora político, ora bíblico. Há evocação explícita de um Outro discurso, compondo um Mesmo discurso. O discurso político proferido é constituído por interdiscursos em uma relação de alteridade explícita. Isso é bem demarcado pelas referências ao livro bíblico (João 8.32 e Jeremias 1.19).

Portanto, não há como pensar o discurso sem o interdiscurso (que o antecede). Ambos constroem um “novo” discurso a fim de comunicar algo por meio de elementos semiolinguísticos. Esses elementos evocam saberes, crenças, nos interlocutores, que, de alguma forma, reconhecem a heterogeneidade discursiva seja mostrada ou constitutiva. Além de promover um espaço de troca linguageira entre os sujeitos do ato de linguagens.

4.2 Sistema de participação

Atentaremos, especificamente, para o sistema de participação, “categoria fundamentalmente pragmática”, que perpassa por inúmeros **lugares**, sem, necessariamente, corresponder a um **procedimento**. A participação é uma palavra-valise que promove a fusão entre participação e citação (MAINGUENEAU, 2008, p. 93), isto é, uma citação de cunho participativo, cujo objetivo é complementar, acrescentar algo no discurso proferido a fim de ser reconhecido pelos destinatários.

Diferente da citação prototípica, cujo discurso citado fora retirado de algum contexto, com referências e fonte; o sistema de participação salienta algumas características bem distintas: a citação é um enunciado autônomo; espera-se que os alocutários a reconheçam, independente, de estar de forma explícita ou implícita, com fonte ou não; é apresentada como um tesouro, conhecido por todos; há um hiperenunciador como instância que assevera os enunciados do tesouro e ratifica seus adeptos. Ou seja, esse processo de participação funciona como coenunciação, uma forma peculiar, em perspectiva participativa, acordada e citada.

A fim de compreendermos as citações implícitas e explícitas no interior dos discursos proferidos pelos sujeitos do ato de linguagem, observamos, consoante aos postulados teóricos de Maingueneau (2008, p. 93) dois planos que interagem: os categorizados à base de critérios diversos (enunciativos, tipográficos, sintáticos, prosódicos: discurso direto, indireto, direto livre, discurso direto com *que* etc.) que são chamados de **procedimentos**; e os de gêneros (o jornal, o romance...), tipos de discursos (a imprensa), posicionamentos (o discurso comunista, surrealista...), que são chamados de **lugares**.

Devido às inúmeras variedades de situações sócio-históricas em que os modos de participação estão em contato, aparentemente, é laborioso sistematizá-los. Por isso, apenas, foram formados alguns grupos de participação, cujos funcionamentos pragmáticos se dão por afinidades. São: as **participações sentenciosas**, cujo apagamento enunciativo é mais notório e se desdobra em: enunciação proverbial, adágio jurídico; as **participações gráficas**, cujas citações são reconhecidas naturalmente e subdividem em: citações conhecidas, participação humanista, tesouro bíblico; as **participações de grupo**, ou seja, com locutores

coletivos, pertencentes a grupos. Nesse caso, temos: participações militantes, participações de comunhão.

Desses desdobramentos, focamos nas **participações gráficas**, especificamente, no *tesauro bíblico* e nas **participações de grupo**, notadamente, nas *participações de comunhão*, em especial, na *oração*. Esse recorte teórico se justifica pela disposição dos tweets selecionados (o corpus desta pesquisa), pois essas variações elementares são reconhecidas nos discursos político-bíblicos analisados nesta dissertação.

O tesauro bíblico é o livro mais lido no Brasil (como já apresentamos no início desta dissertação), por isso podemos asseverar que há uma comunidade bem numerosa de adeptos que pratica seus ensinamentos, além de os propagar: por meio de evangelização, cultos, escolas bíblicas entre outros. Esses adeptos são facilmente encontrados em quaisquer instituições religiosas cristocêntricas, cuja figura de Jesus Cristo, seja o centro de toda ministração, ritual litúrgico etc.

Nas comunidades cristãs e também em esferas variadas, o tesauro bíblico é evocado por participações que acarretam um hiperenunciador: Deus, o grande inspirador dos textos bíblicos. Esse hiperenunciador se expressa diretamente por meio do enunciador (um porta-voz), que se revela morada do Espírito Santo de Deus; este age em uma ação onipresente, onisciente. Maingueneau (2008, p. 101) explica que: "(...) No Cristianismo como no judaísmo, o tesauro que torna possível a participação coincide imaginariamente com um único livro, o Livro", neste caso, a Bíblia Sagrada.

Tanto no tesauro bíblico, quanto nas instituições religiosas cristocêntricas, há uma forma de conexão com a divindade, de fala direta a Deus (em nome de Jesus, seu filho, que foi dado como oblação para salvação de todos), que se dá por meio da participação de grupo: a oração. Esta é um enunciado produzido pelo EUE, também evoca trechos do tesauro bíblico (uma vez que a própria oração é um dever dos adeptos, como consta em vários textos da Bíblia Sagrada), além de ser uma ação sacralizada por ser direcionada a Deus. Também sobre a oração é aclarado:

"Ao inscrever a oração no sistema de participação, esclarece-se de modo particular o que pode significar "dizer/fazer uma oração". As orações pertencem a um mesmo tesauro, cujo domínio consolida a comunidade. Esse domínio, como no caso do provérbio, associa uma memória ("conhecer suas orações") e uma competência comunicativa que permite saber quais orações dizer diante de tal situação e como a dizer. As orações

mais prestigiosas da Igreja Católica, o “Pai Nosso”, e a “Ave Maria” são, além disso citações no sentido mais ordinário: a primeira atribuída ao Cristo, a segunda ao anjo Gabriel; na verdade, a comunidade se une em pensamento pela identificação com um hiperenunciador encarnado (o Cristo), do qual o anjo é apenas um porta-voz” (MAINGUENEAU, 2008, p. 106).

Esse recorte da teoria de Maingueneau é um dos recursos basilares que usamos para revelar o discurso bíblico atravessado no discurso político nos tweets, que selecionamos como corpus desta dissertação. Assim, evidenciamos o que chamamos de discurso político-bíblico.

Em muitos enunciados, o discurso bíblico se amálgama ao discurso religioso por pertencerem ao mesmo campo discursivo, contudo há espaços discursivos distintos. O discurso religioso está agregado ao espaço da religião, em que há doutrinas religiosas, inspiradas no tesouro bíblico. Já o discurso bíblico, assim entendemos, como o discurso que provém dos textos da bíblia literalmente.

Consoante Maingueneau (2008), o discurso religioso, assim como o filosófico, o literário, o científico, delimitam-se a um mesmo conjunto de discursos, o qual é chamado de constituinte. Esses discursos são assim chamados, por serem autossuficientes, ou seja, não precisam de outros para serem validados ou terem algum tipo de credibilidade. São discursos autônomos, pois só reconhecem sua própria autoridade.

“A pretensão desses discursos, assim chamados por nós de ‘constituíntes’, é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles. Isso não significa que as diversas outras zonas de produção verbal (a conversação, a imprensa, os documentos administrativos etc.) não exerçam ação sobre eles; bem ao contrário, existe uma interação constante entre discursos constituíntes e não-constituíntes, assim como entre discursos constituíntes. Mas faz parte da natureza dos discursos constituíntes negar essa interação ou pretender submetê-la a seus princípios” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

O discurso religioso, enquanto discurso constituinte, dá sentido aos comportamentos dos asseclas de uma religião. Assim como o discurso bíblico dá sentido aos atos de quem segue e pratica as orientações do texto bíblico (que também é o livro central das religiões cristãs). Além de serem o elemento basilar e gerador de muitos gêneros do discurso (os textos que compilam a bíblia são exemplos disso).

Tanto o discurso religioso, quanto o discurso bíblico, conforme os postulados de Maingueneau, “(...) possuem um estatuto singular: zonas de fala em meio a outras e falas que pretendem preponderar sobre todas as outras” (2008, p. 38-39). Isso é notório nos discursos políticos que analisamos. Contudo, essa sobreposição está sempre inerente a uma fonte legitimadora, um hiperenunciador, Deus.

Os discursos constituintes são, simultaneamente, auto e heteroconstituintes, apresentam essas duas vertentes que se relacionam mutuamente. Nessa relação, “(...) só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos” (2008, p. 39). Nos discursos religiosos e bíblicos, isso ocorre porque há um hiperenunciador, Deus, que é exterior ao discurso e lhes confere autoridade.

Assim, o discurso bíblico, que é diferente do discurso religioso, surge como uma nova variante do discurso político. Esse discurso, que se constitui em participações, também é usado como estratégia política a fim de angariar votos em disputa eleitoral.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está fundamentada à luz da Análise Semiociuística do Discurso, pelos postulados de Charaudeau e de Maingueneau. Usamos o método empírico-dedutivo, porque partimos do material empírico (o discurso de sujeitos políticos postados na rede social Twitter, através do gênero discursivo tweet) para refletir sobre os atravessamentos do discurso bíblico no político. O procedimento de análise que seguimos é duplo: privilegia uma abordagem que parte de uma perspectiva geral (comum a todos os discursos políticos) e culmina em uma perspectiva particular (as especificidades dos discursos políticos analisados).

Inicialmente, tínhamos a ideia de trabalhar com o discurso político, nos principais dispositivos midiáticos. No entanto, quando percebemos a diversidade desses dispositivos, presumimos ser mais prudente escolher apenas um, que desse conta da análise empírica-dedutiva, à luz da análise semiociuística do discurso. Em meio a tantos dispositivos, escolhemos o Twitter, por ser o mais popular entre os sujeitos políticos e os cidadãos, em especial, da cidade do Rio de Janeiro.

Antes de selecionarmos os tweets que compõem esta pesquisa, passamos um período de seis meses acompanhando as postagens dos principais representantes políticos do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro entre os anos 2019 e 2020, no dispositivo twitter. Nesse período, percebemos que o Twitter é a principal rede social tanto do presidente quanto do prefeito. É o local virtual de postagem sobre trabalho, notas de esclarecimentos, denúncias de “fake news” entre outras publicações pertinentes à esfera política. Contudo, também notamos publicações referentes às manifestações religiosas diversificadas fora e dentro dos ambientes políticos, além de demonstrações de apoio a líderes cristãos, a instituições religiosas etc.

Após esse tempo, optamos por seguir, somente, o perfil do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcello Bezerra Crivella, pois eram os políticos mais polêmicos da época. Iniciamos o processo de perscrutação nos anos de 2019 e 2020. Nessa temporada de investigação, notamos que tanto o prefeito Marcelo Crivella, quanto o presidente Jair Bolsonaro se popularizaram em nossa cidade porque tinham uma conduta fora dos padrões sociais da política (da prática languageira da esfera política).

Apreendemos, ao observar o comportamento discursivo dos sujeitos políticos, algo distinto, peculiar: que ambos citavam, constantemente, textos bíblicos ora de forma explícita, ora de forma implícita. Entendemos esse comportamento discursivo como um fenômeno linguageiro que, com o atravessamento constante do discurso bíblico no discurso político, provocara uma alteração expressiva, significativa, a ponto de constituir uma nova variante discursiva.

Essa nova variante é formada a partir da descaracterização do discurso político, pelo excesso do atravessamento do discurso bíblico, sem malograr sua essência política. Logo, levantamos a hipótese de se ter um novo discurso, um discurso político-bíblico, cuja finalidade seja evidenciar o efeito de sentido de: identificação com o eleitorado, com a comunidade do tesouro bíblico.

A partir dessas impressões, selecionamos, para análise, sete postagens (tweets) de cada sujeito político, que revelam uma heterogeneidade ora mostrada, ora constitutiva, com elementos que remetem ao texto bíblico. Após a seleção dos tweets, organizamos a exposição dos discursos por elementos reguladores temáticos, particitativos (que delimitam o discurso bíblico) dos discursos político-bíblicos da seguinte forma:

- Palavras, expressões que remetem ao texto bíblico.
- Citação do texto bíblico com fonte.
- Pedidos, oração, agradecimentos a Deus/Jesus e desejos do homem.
- Elementos físicos do enredo bíblico e manifestação religiosa.

Essas categorias são uma espécie de elementos reguladores os quais se repetem, limitam a forma como o texto bíblico aparece nos discursos dos sujeitos políticos. Os tweets analisados possuem sempre uma dessas categorias, por isso organizamos a análise a partir desses agrupamentos. Assim, também é possível perceber como o discurso bíblico se acopla ao processo de participação, atravessando o discurso político.

Depois de separar os tweets de acordo com esses agrupamentos, buscamos os pressupostos teóricos da análise do discurso (já citados na fundamentação teórica) para descrever todo processo de formação do discurso político-bíblico presente nos tweets selecionados e analisar as consequências discursivas do

atravessamento do discurso bíblico no político. Os tweets foram submetidos à análise, conforme as seguintes etapas:

- Etapa 1 – Identificação dos elementos que caracterizam o discurso político.
- Etapa 2 – Reconhecimento do discurso bíblico no interior do discurso político.
- Etapa 3 – Verificação e descrição do discurso bíblico no contexto bíblico.
- Etapa 4 – Descrição do discurso bíblico no contexto político e social atual.
- Etapa 5 – Compreensão do processo de participação dos trechos bíblicos no político.
- Etapa 6 – Assimilação das figuras políticas como sujeitos do ato de linguagem na situação comunicativa.

A partir dessas etapas e dos pressupostos teóricos, pudemos constatar o atravessamento do discurso bíblico no político e suas implicações. Também percebemos que há, em algumas cenas enunciativas, a presença do discurso religioso, referente a atos doutrinários típicos de religião. Por isso, decidimos aclarar a distinção entre discurso bíblico e discurso religioso.

Em seguida, descrevemos todo processo de elaboração do twitter, enquanto dispositivo, e do tweet, enquanto gênero discursivo. Nos postulados teóricos da presente dissertação, esclarecemos a função de cada um na situação comunicativa e sua relevância para os sujeitos do ato de linguagem.

Após a organização da parte teórica desta pesquisa, analisamos o corpus a partir dos pressupostos teóricos, aplicamos a teoria a fim de compreender a constituição do discurso político do prefeito da cidade do Rio de Janeiro e do presidente da República Federativa do Brasil (ambos nos anos de 2019 e 2020). No decorrer da análise dos tweets, constatamos o atravessamento do discurso bíblico, como característica marcante desses sujeitos políticos.

6 ATRAVESSAMENTOS DO DISCURSO BÍBLICO NO DISCURSO POLÍTICO

Cada tweet analisado é uma situação comunicativa, um ato de linguagem, cujos sujeitos são o EU comunicante (ser social), o EU enunciador (ser de fala), o TU destinatário (ser de fala), o TU interpretante (ser social). Esses sujeitos propiciam uma confluência dialética entre dois processos: o de produção e o de interpretação.

No processo de produção, temos o EUc o qual é uma construção composta por vários EU, de identidade psicossocial legitimadora; possui cargo, profissão, entidade de influência, tais como EU fotógrafo, EU editor, EU que constrói e publica os textos, conforme o enfoque enunciativo e o que se imagina da instância cidadã.

Nos casos analisados, o EUc trata-se de uma equipe, inúmeros enunciadores (no espaço externo da situação de comunicação), cujas interferências no “real” produz um EUc (ser social) construído e representado na figura do sujeito político (EUe). Logo, o sujeito político (EUe) é uma construção imagética do EUc, que revela sua intencionalidade, conscientemente ou não, por meio de uma correlação psicossociolinguageira.

Já no processo de interpretação, o TUi construirá uma imagem do EUe, a partir da interpretação e da hipótese de sua intencionalidade. O TUi atua de forma independente ao EUc, enquanto o T Ud (a instância cidadã, instância receptora) atua de forma dependente do EUe.

O ato de linguagem transcende a intenção comunicativa dos sujeitos de fala, pois também vai englobar a circunstância discursiva, o contrato de comunicação e a estratégia discursiva, com base nas imagens projetadas pelos / dos sujeitos na situação comunicativa dos tweets. Esses elementos também são analisados a fim de se ter uma compreensão efetiva de cada tweet.

O esquema da situação comunicativa do gênero discursivo tweet também planeja o duplo processo de semiotização do mundo: o processo de transformação e o processo de transação. No processo de transformação, há a construção do mundo a significar, a escolha do texto, das imagens, para transformar em um mundo significado a partir da atuação do EUc. Enquanto o processo de transação transforma esse mundo significado em um objeto de interação e de permuta com o TUi.

Nesses processos, temos operações de identificação, qualificação, ação, causação, inerentes ao processo de transformação; e princípios de alteridade, pertinência, influência, regulação, constituídos no processo de transação. Ambos os processos funcionam concatenados a fim de significar um mundo em direção ao outro. É assim que os sujeitos políticos constroem os efeitos discursivos em seus tweets. Contudo, vale ressaltar que se estruturam também a partir de regras de comportamentos, respeitam um contrato de comunicação.

O contrato de comunicação estabelecido inicialmente é constituído por normas de convivência no dispositivo Twitter, já conhecida, previamente, por ambos os sujeitos (usuários desse disposto). É a partir desse contrato que os sujeitos reais sabem o que dizer e o que fazer, ou seja, sabem como se comportar na situação comunicativa estabelecida pelo tweet.

Esse contrato engloba o contrato de comunicação política, em que os sujeitos enunciadores do ato de linguagem pertencem à instância (política) e estabelecem uma conformidade entre as representações languageiras. É constituído pelos atores políticos que falam de um lugar / cargo / função, cujo reconhecimento é legitimado por ambos.

Antes de analisar o discurso de cada EU-político, exponhamos os elementos que constituem a figura política de cada enunciador, pois essas informações também revelam o lugar de onde cada um pronuncia sua fala e os constituintes do discurso bíblico que atravessam o discurso político.

Na presente análise, temos a figura do presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (capitão reformado do Exército), com ampla experiência política (foi deputado federal por sete mandatos), que se identifica como um adepto a fé cristã e aos ensinamentos bíblicos.

Jair Messias Bolsonaro tem características peculiares em sua identidade discursiva: apresenta ideais ufanistas, uma vez que assume a postura de patriota (faz questão de declarar “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”), revela seguir instruções do tesouro bíblico; posiciona-se como conservador e zelador dos bons costumes cívicos e morais, conforme preconiza a constituição brasileira e o tesouro bíblico.

Na figura de prefeito da cidade do Rio de Janeiro (nos anos de 2019 a 2020), temos Marcelo Bezerra Crivella, cuja identidade discursiva é constituída por experiências religiosas (é Bispo da igreja Universal do Reino de Deus) e vivências

em atividades políticas (foi senador de 2003 a 2016). No cargo de prefeito, evidenciou que sua gestão era pautada nos ensinamentos do tesouro bíblico e na legislação do país. Em sua trajetória de vida, sempre defendeu os bons costumes, a liberdade religiosa e a preservação da família, conforme preconiza o tesouro bíblico.

Ao analisar os discursos políticos, percebemos a necessidade dessas informações biográficas serem antepostas à análise, a fim de aclarar pontos imprescindíveis no discurso dos sujeitos políticos e revelar o lugar de fala de cada um. Também entendemos o porquê de tanta incidência de um discurso religioso e de um discurso bíblico. Ambos aparentam ser iguais, mas há distinções relevantes que precisam ser aclaradas e analisadas.

Para o reconhecimento e constatação do discurso político-bíblico, apresentamos a análise a partir de uma organização temática de elementos regulares. Esses elementos estabelecem uma relação interdiscursiva com o discurso bíblico e evocam uma memória em quem é conhecedor dos textos do tesouro bíblico.

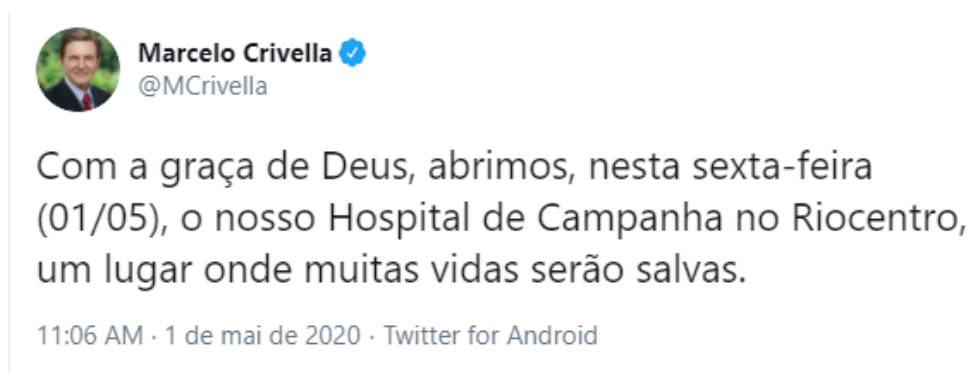
6.1 Elementos reguladores na constituição do discurso político-bíblico

Os elementos reguladores aqui apresentados são os norteadores da presente análise. A partir deles, observamos a constituição do discurso bíblico no interior do discurso político e as consequências discursivas, as quais culminam no que denominamos de atravessamento do discurso bíblico no discurso político.

Iniciamos cada subcategoria de elementos reguladores com as postagens do prefeito, Marcelo Crivella; em seguida, com as postagens do presidente, Jair Bolsonaro. Essa sequência é possível, porque ambos estabelecem um contrato de divulgação de informações sobre as próprias ações políticas.

6.1.1 Palavras, expressões que remetem ao texto bíblico

Figura 4 - Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 4, no processo de semiotização, temos a foto, seguida do nome de Crivella (EUC) e o símbolo de autenticidade dado pelo dispositivo Twitter. Esse símbolo comunica a intencionalidade de validar a identidade da pessoa que se diz ser. Logo, os seguidores têm a certeza de que estão seguindo o Prefeito da cidade.

Já, na situação comunicativa, o interior do gênero discursivo tweet, temos a voz do Prefeito da cidade, Marcelo Crivella, o EU enunciador (EUE), cuja imagem é construída em suas mídias sociais. Nesse tweet, o EUE comunica a abertura do hospital de Campanha para seus interlocutores (TUi).

Ao analisar a construção discursiva deste tweet, destacamos que o EUC constrói a imagem discursiva (EUE) de um líder preocupado com a saúde de seu povo (eleitorado) ao construir um hospital, onde “muitas vidas serão salvas”. Usa essa imagem como estratégia do discurso político, a fim de conquistar a instância cidadã, para se manter no poder, como líder que cuida do povo.

Observamos, no tweet, o atravessamento, no discurso político, de expressões que remetem ao texto bíblico “Com a graça de Deus”, ou seja, enunciações memoráveis e memorizáveis, do tesouro bíblico que possibilitam a participação entre o discurso político e o discurso bíblico. A citação dessa expressão está tão entrelaçada ao discurso político, que sua origem só é reconhecida, por adeptos do tesouro bíblico ou leitores atentos.

Por causa dessa característica de discursos entrelaçados, chamamos o discurso de político-bíblico. Nele, há a seguinte particitação: “com a graça de Deus”, referente ao cumprimento de uma ordenança inspirada por Deus, presente no texto bíblico: “Em tudo dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1 Tessalonicenses 5:18). Essa particitação coloca o EUE em um lugar específico de quem não só é conhecedor, mas principalmente é cumpridor do que preconiza o texto bíblico.

No contexto bíblico, na referência do texto em 1 Tessalonicenses 5:18, temos uma carta escrita pelo apóstolo Paulo aos moradores da cidade de Tessalônica. Essa cidade, há mais de dois mil anos, foi a capital da Macedônia, considerada a 2ª maior cidade na época do império bizantino. Atualmente, é a 2ª maior cidade da Grécia e se chama Salônica.

Na época de Paulo, era uma cidade marcada pela idolatria e práticas pagãs (ou seja, não cristãs). O Apóstolo funda uma igreja a partir de uma teologia cristã, pautada na salvação pela graça e escreve várias orientações aos tessalonicenses a fim de doutriná-los. Uma dessas orientações foi “Em tudo, dai graças”, que significa louvar a Deus, reconhecer seu poder, adorá-lo. A partir dessa orientação “Em tudo, dai graças”, os personagens bíblicos atribuíam sua boa obra ao Deus único. Por isso, é muito comum ler essa expressão na bíblia.

No contexto atual, a ideia do versículo se funde a fala do EUE, tornando-se uma particitação “com a graça de Deus, abrimos, nesta sexta-feira (01/05), o nosso Hospital de Campanha no Riocentro, um lugar onde muitas vidas serão salvas”. Além de relacionar a ideia de “com a graça de Deus” também será “um lugar onde muitas vidas serão salvas”.

Essa particitação cria a imagem do EUE que faz a obra com louvor, alinhado à vontade de Deus e com reconhecimento, pois tudo que fez, só fora possível, porque o fizera por meio da graça de Deus. Esse discurso comunica que uma ação política é viabilizada pela graça de Deus. Isso é facilmente compreendido, principalmente, pelos asseclas do tesouro bíblico.

Na constituição da construção semiolinguística desse enunciado, o EUE usa o modo indicativo, na expressão verbal, para afirmar algo que ele não pode garantir. Logo, produz também um efeito de esperança de uma suposta salvação aos enfermos. Assim, mostra o quanto sua obra é abençoada por Deus. Evoca um

hiperenunciador, ser soberano, transcendental, ao qual é dado todo crédito da ação política.

Essa suposta “bênção” é construída pelos significantes “graça”, “Deus”, “salvação” que trazem, em seu significado, a ideia do sobrenatural, da intervenção divina. Na presente organização sintática, insuflam um efeito de uma ação sobrenatural. Logo, se ponderarmos o uso do determinante “muitas” em vez do pronome indefinido “todas”, perceberemos que não há nada de sobrenatural na suposta “salvação” de vidas. Pois sabemos que, em um hospital, algumas vidas são recuperadas e outras não. Isso é um processo natural. O sobrenatural só existiria, se o determinante fosse “todas”.

Apesar dos elementos linguísticos denunciarem o jogo de máscaras entre o sobrenatural e natural, a construção discursiva sobrepõe o sobrenatural por causa de outros elementos. Aqui, também se revelam os constituintes da imagem do EUe-prefeito, a qual é formada por um Bispo de uma instituição religiosa, obediente às sagradas escrituras, que atravessa a imagem política do EUe-prefeito. O EUe traz à luz uma memória do texto bíblico, no interdiscurso, que não só atravessa o discurso político, mas se funde a ele, tornando-o um discurso político-bíblico, pelo processo de particitação (como temos sinalizado).

Logo, a expressão “onde muitas vidas serão salvas” também pode ser atribuída ao discurso bíblico como consequência de quem está sob “a graça de Deus”, pois há uma asseveração de que vidas serão salvas. O “onde” retoma a palavra hospital. Quando se fala em hospital, constroem-se um efeito de sentido de lugar de tratamento, cujo objetivo é a recuperação, a restauração, do enfermo. Contudo, não se pode afirmar que de fato a cura física acontecerá.

Por isso não se trata de um enfoque meramente banal, corriqueiro, mas de um atravessamento do discurso bíblico, que transforma o “hospital” (que fora feito com a graça de Deus) em um lugar “onde muitas vidas serão salvas”. Não se trata apenas de um hospital comum, mas de um lugar de esperança, de um evento sobrenatural. No processo de semiotização do mundo, o hospital passa a ser um objeto enunciado com significado conotativo.

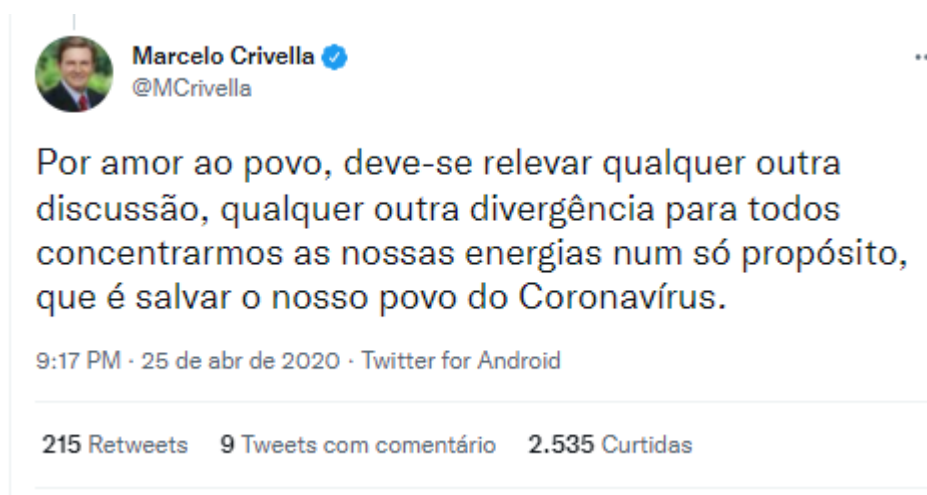
Essa expressão “onde muitas vidas serão salvas”, como já vimos, também exprime a falsa certeza de uma salvação, supostamente, física. Neste momento, o EUe-prefeito transfere a responsabilidade de “salvar vidas” para o hiperenunciador individual, no caso, Deus. Exime o “homem” de quaisquer responsabilidades sobre a

falta de salvação para todos. O EUE pronuncia palavras, expressões, que evocam a crença da população, para produzir um efeito de proximidade com o TUi.

Como se Deus fosse salvar as vidas através do hospital que fora criado com louvor, adoração, reconhecimento, somente, a Deus. Ou seja, se por acaso alguma vida deixar de ser salva, é porque Deus quis. Uma vez que o Deus poderoso é dono de tudo, ele pode decidir quem será curado ou não. Essa ideia produz um efeito de aceitação às vidas que não forem beneficiadas pela dádiva da cura sobrenatural, a qual só Deus pode conceder.

O EUE usa, no interdiscurso, essas particitações sem citar sua fonte, como algo inerente a sua fala. Os seguidores, que tiverem familiaridade com os textos bíblicos, provavelmente, reconhecerão esses elementos. A partir dessa identificação, podemos dizer que esse reconhecimento pode ser feito, principalmente, pela comunidade leitora do tesouro bíblico. Os participantes desse grupo, os seguidores de Crivella são, provavelmente, capazes de resgatar a memória do texto bíblico, relacionando-o ao discurso proferido pelo sujeito de fala.

Figura 5 – Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 5, o EUE-prefeito inicia seu discurso com uma justificativa similar à usada por Deus (no tesouro bíblico) “Por amor ao povo”. Essa construção sintática é muito comum no tesouro bíblico. O hiperenunciador Deus usa essa expressão a fim de justificar uma ação ao seu povo. Em um dos livros da bíblia, livro de Isaías 45:4,

Deus diz: “Por amor de meu servo Jacó, e de Israel, meu eleito, eu te chamei pelo teu nome, pus o teu sobrenome, ainda que não me conhecesses”. No livro de Salmos 132:10, Deus diz: “Por amor de Davi, teu servo, não faças virar o rosto do teu ungido”. Em outros trechos bíblicos, encontramos a estrutura “Por amor a” usada diversas vezes por Deus para justificar uma ação.

Em seguida, enumera as adversidades comuns a todos, contudo que se devem indultar por causa de um bem maior, “salvar o nosso povo do Coronavírus”. Nessa participação, o EUE-prefeito produz um efeito de sentido de esperança à população, como se fosse possível salvá-la. Usa uma expressão típica do tesouro bíblico, para gerar um sentimento de esperança na instância cidadã. O verbo salvar transmite a ideia de livrar o povo do perigo de morte oferecido pelo Coronavírus. Contudo, na realidade, ele não tem poder para garantir tal ação.

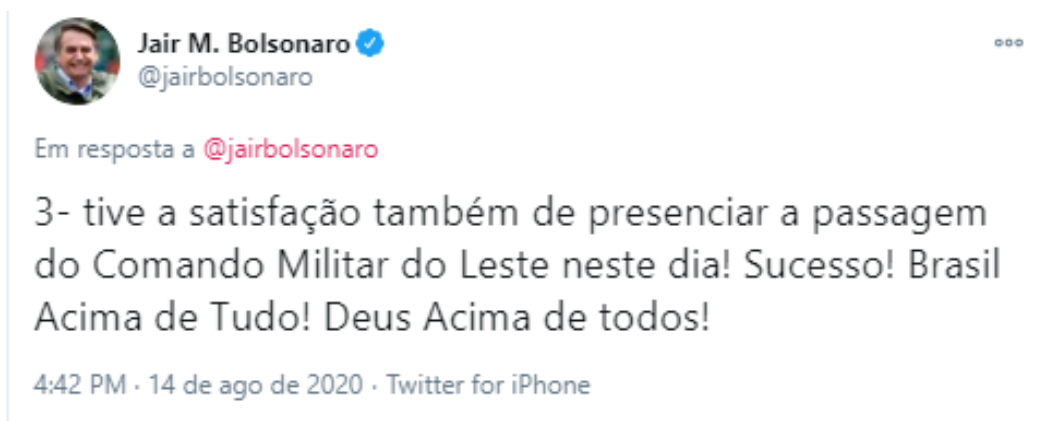
O EUE-político usa essa expressão típica da bíblia para criar a imagem de um salvador, alguém que teria poderes, meios para proteger uma população de um vírus (invisível aos olhos humanos). Na perspectiva semiolinguística, apresenta-se como o próprio Deus capaz de tal façanha “por amor ao povo”. No entanto, não pode garantir que será possível livrar as pessoas do Coronavírus.

Nesse tweet, o EUE-político constrói uma imagem discursiva de si na dramatização, evocando sentimentos a fim de sensibilizar a instância cidadã; joga com as emoções. Ele também cria a imagem de um líder preocupado em salvar o povo do Coronavírus e, para isso, está disposto a preterir qualquer empecilho, por algo mais valoroso: o povo. Essas estratégias políticas são usadas para produzir um efeito de líder carismático, dedicado ao povo, acima de tudo.

Por outro lado, chama-nos a atenção os possíveis assuntos que servem como distratores de um assunto maior “o Coronavírus”. Quando o EUE-prefeito diz “deve-se relevar qualquer outra discussão, qualquer outra divergência (...)”, também sugere o desvio de foco de outras questões problemáticas ou não que surgem concomitantes à propagação do Coronavírus.

Em suma, podemos inferir que o interesse do EUE por “salvar o povo do Coronavírus” o ajuda a mascarar problemas já evidenciados em sua gestão. O EUE-prefeito usa o desvio de foco de uma eventualidade menor para uma maior, como estratégia política para encobrir suas falhas.

Figura 6 – Jair Messias Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 6, na perspectiva semiolinguística, temos a foto, seguida do nome de Jair M. Bolsonaro (suposto EUc) e o símbolo de autenticidade dado pelo dispositivo Twitter, cuja intencionalidade é a de validar a identidade da pessoa que se diz ser. Logo, os seguidores têm a certeza de que estão seguindo o Presidente do Brasil. O número 3, antes do discurso do EUE, representa uma terceira postagem de uma sequência sobre assuntos militares e, em resposta, a sua própria postagem. Ou seja, O EUE-político comenta sua própria postagem. O dispositivo twitter, quando isso acontece, gera, automaticamente, a frase “Em resposta a”.

Na situação comunicativa, no interior do gênero discursivo tweet, temos a voz do Presidente do Brasil, o EU enunciador (EUE), construída por Jair Bolsonaro ou um assessor responsável por suas mídias sociais (EUC).

O EUE comunica “tive a satisfação também de presenciar a passagem do Comando Militar do Leste neste dia! Sucesso! Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!” aos seus interlocutores (TUi). Na construção discursiva, percebemos o atravessamento de expressões que remetem ao texto bíblico, ou seja, enunciações memoráveis e memorizáveis, do tesouro bíblico.

No discurso, há uma declaração explícita de uma liderança guiada por Deus, na participação: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (slogan de campanha do Presidente). Observamos, nesse caso, a referência ao texto bíblico: “Quem vem das alturas certamente está acima de todos; quem vem da terra é terreno e fala da

terra; quem veio do céu está acima de todos” (João 3.31). O Brasil é o elemento terreno submisso a Deus que está no céu, acima de todos.

No discurso do EUE-presidente, o atravessamento bíblico se revela a partir de um enfoque ufanista, de alguém, cuja imagem é constituída por elementos da esfera militar (por causa de sua vivência empírica no meio militar). Não se trata de uma figura religiosa, mas de uma figura que faz parte de um grupo adepto do tesouro bíblico. O EUE estabelece um vínculo com seus TUi por meio da identificação e do reconhecimento do interdiscurso bíblico que atravessa o discurso político, pelo processo de particitação, constituindo o que apresentamos aqui como o discurso político-bíblico.

O EUE se apresenta por meio de uma estratégia política, como se fosse o libertador, enviado por Deus para libertar o povo do opressor. Contudo, nessa postagem, o trecho “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos” tem a função de mantra, pois não se correlaciona, sintaticamente, com o período anterior. Aparece fora de contexto sem se perceber sua origem inicial (slogan de campanha do Presidente).

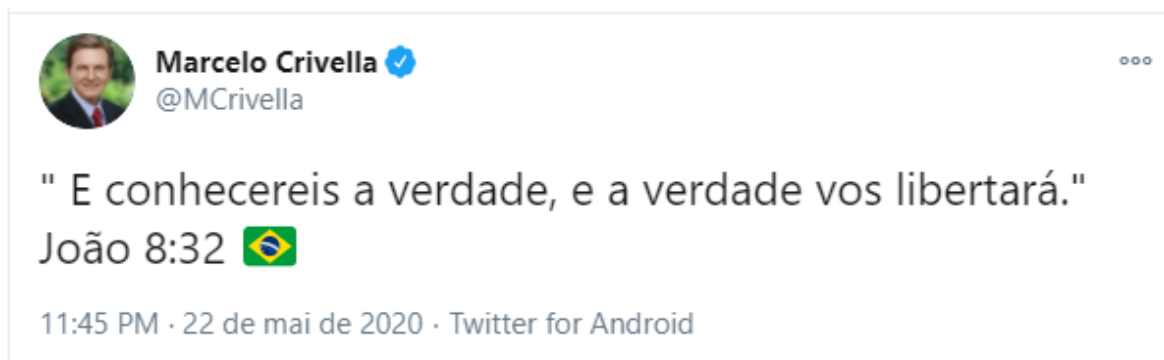
O seguidor de Bolsonaro, se for um assecla do tesouro bíblico, provavelmente, será capaz de resgatar a memória do texto bíblico, relacionando-o em seu contexto atual e em seu contexto bíblico. No contexto bíblico, na referência ao texto de João 3.31, João dá testemunho da origem celestial de Cristo, afirma que ele veio do céu, que Deus está no céu, por isso está acima de todos. Conforme a tradição, João foi um dos apóstolos de Jesus Cristo, além de ser seu primo. Foi testemunha ocular dos feitos de Jesus, era também seu amigo íntimo.

No contexto atual, Bolsonaro faz menção ao texto bíblico por particitação, ou seja, funde sua fala com o texto bíblico, produz um efeito de sentido de conhecedor, praticante, das orientações do texto bíblico. Revela-se um adepto ao tesouro bíblico e integrante de sua comunidade, sem ser uma figura religiosa.

O EUE-presidente usa os textos bíblicos, para constituir seu discurso político, a fim de produzir um efeito de reconhecimento de que o EUE é guiado, em tudo o que faz, por Deus, o todo poderoso, o qual a história, a cultura, a tradição, registra suas manifestações.

6.1.2 Citação do texto bíblico com fonte

Figura 7 – Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 7, o EUe cita diretamente uma passagem de texto bíblico, seguido da imagem da bandeira do Brasil. As aspas testificam a existência da aforização secundária; a fonte confirma a veracidade do que é proferido. Esse enunciado fala a todos, de forma absoluta tanto no contexto bíblico, quanto no atual, sugere que o Brasil será liberto após conhecer a verdade.

No contexto bíblico, no evangelho de João, capítulo 8, Jesus dialoga com os judeus a respeito de sua missão e autoridade. Especificamente, no versículo 32: “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, Jesus sinaliza aos discípulos que eles precisam do entendimento do evangelho para poder conhecer a verdade e a verdade os libertar de sua prática pecaminosa. Sem a Verdade, eles continuam escravos da natureza do pecado e sem salvação espiritual.

No caso desse versículo do evangelho de João, a verdade é o próprio Jesus Cristo, que se declara como “Eu sou o caminho, a verdade, a vida” (“Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim”. João 14.6) em uma conversa com seus discípulos. Aqui a verdade é uma pessoa que, através de seus ensinamentos, mostra o sentido da vida e o caminho que se deve seguir para chegar a Deus.

Já no contexto atual, o EUe-prefeito usa esse versículo para evocar um hiperenunciador (Jesus) capaz de legitimar a sua própria verdade diante das

acusações políticas (improbidade administrativa) que estava sendo convocado a responder. O EUE-prefeito usa a aforização secundária para falar de si. Naquele momento, o então prefeito havia sido inquerido pelas emissoras de TV, pela oposição, a prestar contas de suas ações políticas que estavam sob acusação de corrupção.

Em seu Twitter, o EUE-prefeito cria uma sequência de postagem: “Da série João 8.32, a fim de se defender das acusações. Vejamos algumas.

Figura 8 – Marcelo Crivella



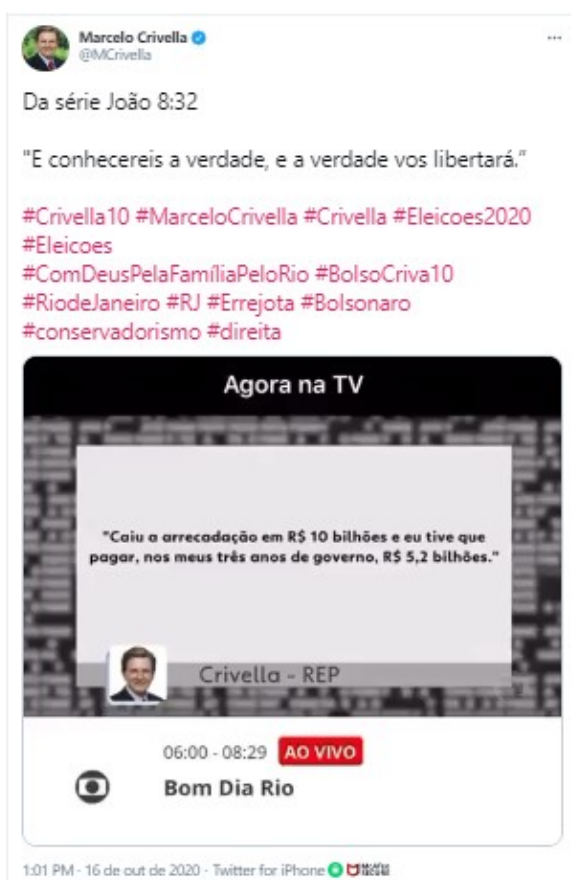
Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 8, o EUE-prefeito posta um vídeo, ilustrando como estava a cidade do Rio de Janeiro antes de sua gestão e como está agora com sua intervenção. O vídeo relata os investimentos em equipamentos (tomógrafos, respiradores, monitores, aparelho de hemodiálise etc.) para a área da saúde, em hospitais

municipais. Aqui, percebemos, que ele usa como estratégia política, uma análise superficial de suas ações, as quais expressam propostas que atendem ao bem comum. Apresenta suas ideias de forma simples, singular, essencial. Usa o vídeo como prova da mudança que fizera em sua gestão.

Na postagem, o EUE-prefeito faz uma introdução sobre o assunto do vídeo e a finaliza com a participação “fique por dentro de toda a verdade” e com a aforização secundária “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”. A primeira constrói o sentido de “verdade” a partir da exposição da ação política, constatada e registrada pelo vídeo, ou seja, o antônimo de mentira. A segunda, evoca uma verdade sobrenatural, divina, porque remete ao texto bíblico. Contudo, no contexto atual, é usada em uma cena enunciativa, sugerindo que o TUi estaria preso nas “mentiras” da oposição e que precisa conhecer as ações políticas, pautadas na verdade do EUE-prefeito, para se libertar da falta de conhecimento.

Figura 9 – Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 9, O EUE-prefeito, não faz introdução sobre o vídeo, apenas coloca o texto bíblico e algumas *hashtags*, em especial, #ComDeusPelaFamíliaPeloRio, #conservadorismo, #direita, que revelam um interdiscurso ideologia (é defensor dos bons costumes, a liberdade religiosa e a preservação da família, conforme preconiza o tesouro bíblico) de seu discurso. No vídeo, há a legitimação de uma emissora de TV, asseverando a declaração, em rede social, do EUE-prefeito. Essa cena enunciativa constrói a ideia de que as ações políticas são legítimas.

Portanto, evidenciamos que o EUE-prefeito se apropria do discurso bíblico para constituir seu discurso político. Com esse atravessamento, temos o discurso político-bíblico, formado a partir da fusão de sua fala política com o texto bíblico, ou seja, da participação em alguns tweets e da aforização: citação de trecho fora de seu contexto original, produzindo um efeito de sentido de defesa. Além de usar a imagem de um libertador, herói, salvador do povo, como estratégia política, que faz a divisão entre o bem e o mal.

Figura 10 – Jair Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021.

Na figura 10, o EUE-presidente cita a fonte de um texto bíblico “Juízes 9.7-15” para fundamentar sua declaração anterior “Uma parábola que pode nos salvar do socialismo”. Em seguida, posta um vídeo que conta a parábola, orienta as escolhas que o cidadão deve fazer para eleger o candidato certo, e ainda apresenta três lições referentes ao texto bíblico.

O EUE-presidente critica o socialismo por meio de uma parábola do Antigo Testamento, usada por Jotão, personagem bíblico, profeta de seu tempo, único sobrevivente da chacina feita por um de seus irmãos contra seus outros irmãos, com a finalidade de tomar o poder da cidade e se tornar rei. Usa como estratégia política a evidência do mal, conspurca, sutilmente, a imagem do adversário.

A parábola é um gênero discursivo antigo, usado para explicar algo, é muito comum encontrá-la em textos bíblicos. Na parábola de Jotão, ele usa as árvores como personagens para explicar ao povo o que aconteceria se seu irmão assassino fosse líder do povo. De acordo com o discurso do EUE-presidente, assim também seria nossa realidade, se os adeptos do socialismo assumissem o poder.

O EUE se apropria do texto bíblico a fim de alertar seus leitores e seus seguidores de uma possível consequência negativa, caso o socialismo fosse apoiado por todos. O uso dessa aforização constrói a ideia de que não há outra opção senão a de escolher líderes que tenham uma vida alinhada aos “princípios bíblicos”.

Nessa postagem, um elemento importante e constitutivo é a data, pois sinaliza o contexto atual, uma época de eleição para prefeito, vereador. Logo, podemos deduzir que o EUE-presidente usa esse poste com a finalidade de influenciar o voto da população. Ele usa como estratégia política a evidência do mal, cria a imagem discursiva de um líder preocupado com a população. Para isso, faz uso da parábola, que é um texto do tesouro bíblico, um elemento sagrado; evoca a crença da instância cidadã.

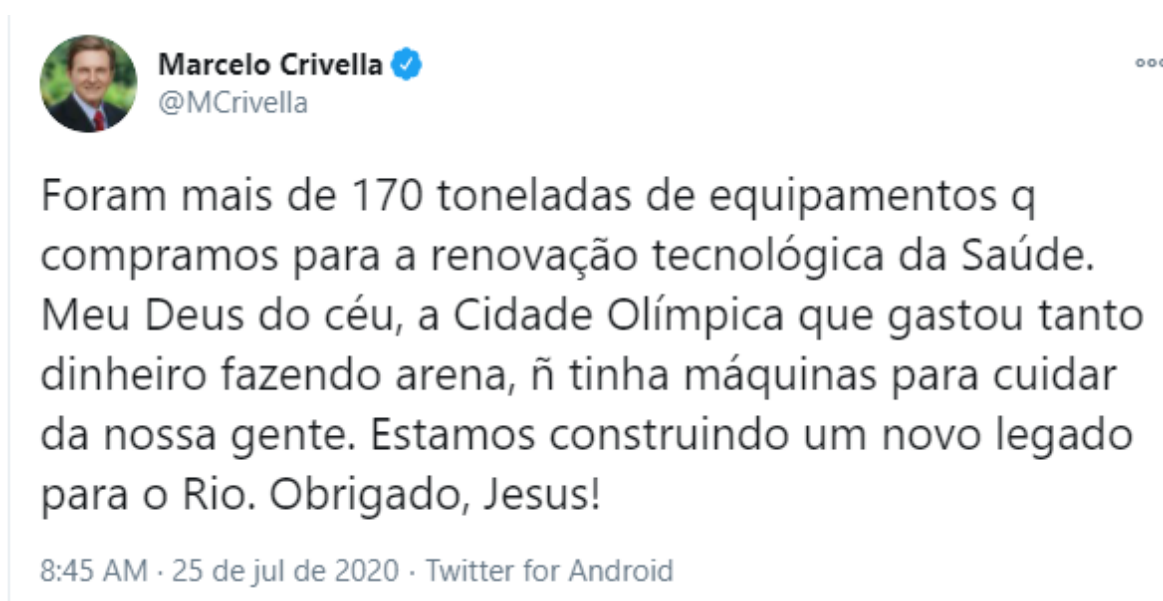
Isso fica notório ao final do vídeo, com as três lições apresentadas: “A omissão dos bons permite que os maus subam ao poder”; a segunda: “Quando não há boa opção de escolha entre os que querem governar, o povo acaba escolhendo a pior opção”; a terceira: “Quando os maus governam, todos ficam debaixo de sua autoridade”. As lições alertam o povo sobre os possíveis candidatos sem “princípios bíblicos” que almejam o poder. Parece um processo de semiotização pronto, construído apenas pelo sujeito produtor do discurso.

Na temática da postagem, podemos inferir que o EUE-presidente constrói a imagem de seu TUi como a de interpretantes que concordam com o pressuposto de que o “socialismo” é algo perigoso ou ruim, já que o verbo “salvar” pressupõe um risco; que tem pleno conhecimento dos textos bíblicos e, por isso, saberá

compreender seu discurso de forma cabal, mostrando seu apoio ao se reconhecer na comunidade do tesouro bíblico.

6.1.3 Pedidos, oração, agradecimentos a Deus/Jesus e desejos do homem.

Figura 11 – Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 11, há participação de comunhão: a oração, logo depois da informação da ação política. Sem um anúncio prévio, o EUE-prefeito começa a falar com Deus (orar) no meio de seu discurso político. Tal participação revela uma prática da comunidade do tesouro bíblico, uma obediência às recomendações do Apóstolo Paulo em sua carta aos Efésios 6.18: “Orai no Espírito em todas as circunstâncias, com toda petição e humilde insistência. Tendo isso em mente, vigiai com toda a perseverança na oração por todos os santos”.

No contexto bíblico, a oração é o meio de comunicação entre as pessoas e Deus, isso é notório em todos os textos que compõem o tesouro bíblico. Especialmente, em Efésios 6.18, Paulo escreve aos efésios, moradores de Éfeso, instruções sobre a graça de Deus, sobre como o cristão deve viver na espiritualidade. Essa carta é para a prática cristã, transmite os princípios norteadores

à família, à sociedade e à igreja, ou seja, sugestões de como os efésios deveriam conduzir sua vida e ministério.

No contexto político, a oração pode ser vista como uma estratégia do discurso político que usa a crença, elementos sagrados, para mostrar uma intimidade com o Deus do povo. Usa a oração como a evidência de uma conduta e de uma gestão alinhadas ao que preconiza os princípios do tesouro bíblico. Assim, o EUE constrói sua imagem na dramatização, evocando sentimentos a fim de sensibilizar a instância cidadã. Ele joga com as emoções do povo, cuja maioria também é assecla do tesouro bíblico.

Nos dias atuais, o EUE-prefeito aplica as orientações de Efésios 6.18 em seus discursos, deixando claro ser membro da comunidade do tesouro bíblico e de que fala para seus membros também (TUi). Ele se coloca como um representante de Deus na Terra, diante de seu povo, o qual se reconhece no discurso político-bíblico e fomenta toda ação política de seu líder. Usa, como estratégia política, a imagem de um libertador, salvador do povo, que governa sob a orientação de um Deus com quem se comunica.

Na oração, ele evoca o hiperrenunciador Deus, para legitimar sua conduta.: “Meus Deus do céu”. Um Deus soberano que está acima de todos, no céu. Em seguida, ele apresenta a queixa “a Cidade Olímpica que gastou tanto dinheiro fazendo arena, ã tinha máquinas para cuidar da nossa gente”. Nesse momento, usa como estratégia política a evidência do mal, avilta o adversário, acusado de gastar o dinheiro público indevidamente.

Essa queixa traz a denúncia da negligência do antigo prefeito da cidade, responsável pela construção da Cidade Olímpica, que além de gastar muitos recursos em vão, supostamente, não supriu a necessidade da população; ou seja, não houve cuidado com o povo, uma vez que essa é principal função de um líder político, eleito pelos cidadãos.

O EUE aproveita para dar notoriedade a esse descuidado, a Deus e ao povo. Aqui, percebe-se uma sutil jogada política de reavivar no povo e em Deus, uma memória das mazelas do antigo governante, que é seu atual adversário político na próxima disputa eleitoral.

Quando o EUE-prefeito profere, em sua oração, “nossa gente”, precisamos aclarar se ele fala da população da cidade do Rio de Janeiro, ou se fala dos filhos de Deus, pois a voz do prefeito se funde com a voz do membro representante do

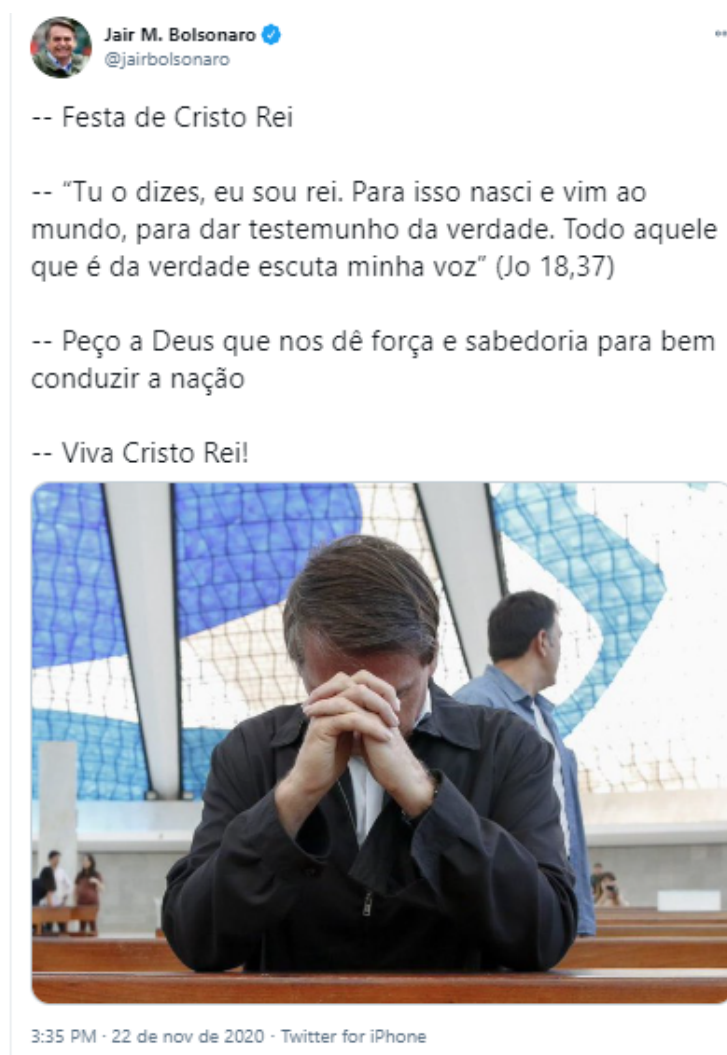
tesauro bíblico. Para a comunidade desse tesouro, nem todos são filhos de Deus, mas criaturas, porque todos foram criados por Deus. Contudo, só se torna filho, quem acredita em Deus. Assim como está registrado no evangelho de João 1.12: “Mas a todos quantos o receberam deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus aos que creem no seu nome”. Para o leitor leigo, ele se refere a toda população da cidade do Rio de Janeiro, mas para o leitor membro da comunidade do tesouro bíblico, ele se refere aos que creem em Deus.

Logo, o EUE tranquiliza seus leitores e a Deus “Estamos construindo um novo legado para o Rio”, ou seja, apesar da negligência do antigo gestor, ele está cumprindo a função de cuidar do povo ao reparar as falhas anteriores. Ele entende e transmite tal ação política como herança para o povo do Rio de Janeiro, algo transcendental que marcará o atual tempo.

Em seguida, agradece: “Obrigado, Jesus”, cumprindo mais um dos registros no tesouro bíblico, no evangelho de João 14.13: “E tudo quanto pedirdes em meu nome, eu o farei”. O EUE não faz pedido, mas agradece diretamente a Jesus. Também ressalta que fala a Deus por meio de Jesus, pois é instrução do próprio Jesus aos seus discípulos: “(...) Ninguém vem ao Pai senão por mim”, em João 14.6. Une-se a sua comunidade (seguidores) pelo reconhecimento do hiperrenunciador encarnado (Jesus).

O EUE-prefeito envolve todos os leitores em sua oração ao relacioná-la em seu discurso político, postado publicamente. Não há mais dúvida de que se trata de uma gestão conduzida por um hiperrenunciador (Deus, Espírito Santo, Jesus), considerado o inspirador dos textos bíblicos, o qual se manifesta ora implicitamente ou explicitamente no discurso político, emergindo o que esta pesquisa evidencia como discurso político-bíblico.

Figura 12 – Jair Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 12, o EUE-presidente inicia sua postagem com a aforização “Festa de Cristo Rei”. Destacada de todo corpo, aparenta funcionar como um título do trecho seguinte “Tu o dizes, eu sou rei. Para isso nasci e vim ao mundo, para dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade escuta minha voz” (João 18.37)”. A aforização secundária é destacada do tesouro bíblico, sua fonte é marcada logo no final.

O trecho, que reconhecemos como título, faz alusão a uma festa popular católica que ocorre sempre no 34º domingo do ano e simboliza o fim do ano litúrgico. Essa festa é uma solenidade em homenagem a Jesus Cristo, Rei do universo. Isso

justifica a postagem, logo em seguida, da passagem bíblica, que produz um efeito de sentindo de reconhecimento do único Rei do universo: Jesus.

O contexto bíblico dessa passagem é um diálogo entre Jesus e Pôncio Pilatos, governador da província da Judeia (Israel). Jesus estava sendo julgado pelo governador romano, pois havia sido acusado de desordeiro, de tramar contra o templo dos judeus. Na postagem, o EUE-presidente suprimiu o início do versículo: “Disse-lhe, pois, Pilatos: Logo tu és rei? Jesus respondeu: Tu o dizes, eu sou rei. Para isso nasci e vim ao mundo, para dar testemunho da verdade. Todo aquele que é da verdade escuta minha voz”.

Agora, com o versículo completo, fica mais fácil de compreender a cena enunciativa do discurso bíblico. Ao cortar o início, o EUE produz um efeito de sentido de autoafirmação, de uma declaração do próprio Jesus ao mundo. No entanto, não é esse efeito que encontramos no texto de origem. Jesus apenas reforça o que Pilatos havia questionado; e revela que só quem ouve e segue seus ensinamentos pode escutá-lo, ou seja, é pertencente à verdade, isto é, quem crê em Jesus. Usa como estratégia do discurso político frases advindas do interdiscurso bíblico fora de contexto e ressignifica o discurso bíblico em benefício próprio.

A terceira parte do trecho é o relato da oração feita pelo EUE-presidente. Ele fala diretamente ao TUI o motivo de sua oração: “Peço a Deus que nos dê força e sabedoria para bem conduzir a nação”. Sua declaração é confirmada pela imagem em que o EUE está em posição de oração em um templo religioso. A imagem compõe a cena da enunciação, como um cenário, que retrata toda ação político-religiosa do discurso bíblico.

Nesta postagem, a imagem insere um dado novo ao discurso: a religião por meio do cenário e do título, referente à festa da religião católica. Logo, inferimos que o templo religioso também é católico. A postura do EUE revela uma prática comum aos religiosos que frequentam templo católico, em especial, no dia da festa de Cristo Rei. Por fim, declara “Viva Cristo Rei!”, como um adepto não só do tesouro bíblico, mas também da religião. Usa, intrinsecamente, como estratégia do discurso político, crenças religiosas, elementos do sagrado, a fim de produzir um efeito de afinidade com os participantes e asseclas da festa de “Cristo Rei”, com base no interdiscurso bíblico.

Figura 13 – Jair Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 13, o EUE-político declara que “O Estado é laico” sem qualquer referência a fonte a qual se retirou tal informação. Essa assertiva, por meio do sistema de participação, só tem validade, porque há uma legislação que a ratifica. O conceito de laicidade está na Constituição brasileira, principalmente, nos incisos VI, VII e VIII, do artigo 5, da Constituição de 1988. A legislação brasileira defende a tolerância religiosa, as manifestações; garante a liberdade de culto.

Em seguida, o EUE-político diz “Respeitamos a todos”, reforça o interdiscurso legislativo, a ideia de laicidade. “Respeitar a todos” (também faz referência à Constituição) significa respeitar todas as religiões, as crenças dos cidadãos brasileiros. Contudo, inicia a terceira oração com uma conjunção coordenativa adversativa “Mas o nosso Governo é CRISTÃO”. Essa construção sintática produz um efeito de sentido de cumpridor da legislação, embora o texto o contradiga. A ideia é de oposição à declaração anterior.

A participação “Mas o nosso Governo é CRISTÃO” é contraditória à Constituição, pois o Governo (que está sob a legislação do país) não pode se declarar Cristão, pois ser Cristão implica em ser adepto, somente, às religiões de

cunho cristão. Ou seja, qualquer religião que não seja cristocêntrica, não se sentirá pertencente ao Governo. O Governo deve abranger a todos de forma igualitária de modo como preconiza a Constituição.

Na participação “CRISTÃO” está escrito em caixa alta, produzindo um efeito de sentido de imposição, de autoritarismo. O EUE-político parece se comunicar, exclusivamente, com os asseclas do tesouro bíblico, os seguidores de Cristo, os adeptos ao cristianismo; opondo-se a todos que não fazem parte da comunidade cristã. “CRISTÃO” faz referência ao protagonista do evangelho do tesouro bíblico, Jesus Cristo. Isso significa que ser cristão é ser conhecedor e praticante dos ensinamentos de Jesus Cristo.

No tesouro bíblico, predominantemente, nos livros dos evangelhos, a figura de Jesus Cristo representa o caminho, a verdade e a vida. Jesus Cristo é o Deus encarnado que veio ao mundo para salvar a humanidade, libertando-a de seus pecados. Seu plano de salvação começa com seu nascimento, propagação das boas-novas (o evangelho), morte por crucificação, ressurreição ao terceiro dia. A morte e ressurreição (do corpo) representam o poder de Deus e remissão dos pecados.

Conforme o tesouro bíblico, Jesus Cristo foi acusado de infringir a legislação do povo judeu e de perturbar a ordem pública, por isso foi condenado a crucificação no madeireiro (aplicação de pena da época). Após a sua morte, foi sepultado em uma caverna. Ao terceiro dia, ressuscita e volta aos seus discípulos e seguidores, ratificando que todos são livres pelo seu sacrifício de morte na cruz. Essa morte significa a libertação dos pecados. Logo, todo aquele que crê, em Jesus Cristo e pratica seus ensinamentos, será salvo.

Ao declarar que o governo é “CRISTÃO”, o EUE-político produz um efeito de sentido de que governa sob os preceitos dos ensinamentos de Jesus Cristo. Ele usa o vídeo para mostrar a sua prática política atrelada ao que preconiza o tesouro bíblico. O vídeo registra um momento de oração entre os políticos, em espaço político. Usa-o como testemunho de que de fato se trata de um governo cristão.

Vale ressaltar a forma como o discurso foi estruturado. O EUE-político apresenta seus enunciados em três orações independentes, ou seja, sintaticamente, uma não depende da outra para existir. No entanto, no plano discursivo, uma está concatenada a outra, revelando uma marcante característica da identidade política

do sujeito político: o atravessamento do discurso bíblico no discurso político pelo sistema de participação.

No vídeo, há uma única enunciação introdutória “Esse é um governo que ora pela sua nação”, depois segue com a oração intercessora pela nação (no vídeo, não dá para compreender as palavras proferidas). O EUE-político constitui, como estratégia política, a imagem de um líder que se submete à orientação divina (hiperenunciador Deus), que pratica (“ora pela sua nação”) os ensinamentos do tesouro bíblico. Evoca comportamentos, palavras, expressões referentes ao sagrado. Destaca a palavra “oração” com a cor amarela, a fim de chamar a atenção de sua prática bíblica dentro da esfera política.

6.1.4 Elementos físicos do enredo bíblico e manifestação religiosa

Figura 14 – Marcelo Crivella



Fonte: <https://twitter.com/MCrivella>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 14, o EUE-prefeito saúda seus seguidores com um “Bom dia” e, logo em seguida, comunica o evento do dia anterior. Em seu discurso, há a participação “a imagem peregrina de São Sebastião”, que se refere a um dos santos da religião

católica e protagonista do rito “Trezena e Festa do Padroeiro”. Trata-se de uma peregrinação pela cidade do Rio de Janeiro, que visita aos principais pontos da cidade: entre os religiosos e turísticos. O evento começa no dia 11 de janeiro e termina no dia 20 do mesmo mês, cujo dia é dedicado a esse santo padroeiro da cidade do Rio de Janeiro.

O evento é coordenado pelo cardeal arcebispo Dom Orani Tempesta que, como mostra o vídeo, foi convidado para ir ao centro administrativo da prefeitura e abençoar a cidade do Rio de Janeiro e a todas as pessoas. Nessa postagem, observamos que um lugar físico e político é atravessado por um ritual religioso. Nesse momento, o discurso político se entrelaça ao religioso na situação comunicativa, não mais pelo EUE-prefeito, mas pelo líder religioso mais importante do catolicismo na cidade, com a anuência do prefeito

O EUE-prefeito, ao legitimar e permitir um outro enunciador, revestido de autoridade religiosa para abençoar a população, em sua esfera política, comunica sua adesão pela religião e que seu governo é regido pelos preceitos religiosos. Essa manifestação religiosa também alude ao tesouro bíblico, quando evoca a memória discursiva dos asseclas, com relação a santidade de São Sebastião. Evoca os princípios bíblicos que esse santo seguia, os quais o levaram à morte.

São Sebastião nasceu na França, em um lar cristão, provavelmente, por volta de 256 d.C.. Quando adulto, tornara-se capitão da guarda pretoriana, em Roma. Por causa de denúncias, por atitudes brandas com cristãos e por professar a sua fé ao Deus único e criador, foi levado ao imperador Diocleciano, que decretou sua morte por traição, por ratificar sua fé e defender os cristãos. Ele fora pendurado em uma árvore e alvejado por flechas. Contudo, não morrerá. Foi socorrido por uma mulher que cuidara de suas feridas. Assim que as feridas sararam, apresentou-se ao imperador como prova do poder de Deus. Logo recebera nova sentença: ser açoitado até a morte. Sua imagem representa o momento do martírio por flechas.

Ao prestigiar uma comemoração católica em ambiente político, o EUE-prefeito também produz um efeito de sentido de tolerância religiosa e respeito às crenças. Estrategicamente, revela-se como porta-voz do povo sequaz do tesouro bíblico, evocado pela manifestação religiosa e pela biografia de São Sebastião. Nesse tweet, é notório o atravessamento do discurso bíblico (inserido no religioso) no discurso político, fundindo-se em um discurso político-bíblico.

Figura 15 – Jair Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 15, o EUE-presidente inicia o discurso político, inserindo a participação “há liberdade religiosa”, que remete à Constituição Federal de 05/10/1988, artigo 5º, incisos de VI a VIII. O EUE evoca à memória a Constituição, demonstrando seu empenho em praticar o que preconiza a principal lei regente do país.

Também traz a ideia da tolerância religiosa, da aceitação e da valorização às crenças do povo. Aqui, o vídeo mostra o presidente sendo presenteado com a santa, por uma cidadã. Esse vídeo produz um efeito de prova da tolerância religiosa. Essa imagem de líder que promove a liberdade religiosa também é usada como estratégia política. Nessa construção semiolinguística de texto verbal e não verbal, vemos a escolha de ideais pertinentes à opinião pública; a imagem discursiva de um líder tolerante com as crenças dos cidadãos, por isso, ressalta o elemento do sagrado, pertencente à religião das pessoas presentes.

Em seguida, o EUE-político profere “Deus abençoe a todos”, que é uma participação em seu discurso, presente em inúmeros textos bíblicos. Também é declarada pelos seguidores do tesouro bíblico, como uma prática orientada pelo tesouro bíblico. Esse discurso revela uma encenação de respeito a todas as

crenças, um reconhecimento à soberania de Deus e à liberdade de expressão religiosa.

O discurso político-religioso é evidenciado pelo vídeo que só filma a ação de uma cidadã, presenteando o presidente com a imagem de uma santa (um dos símbolos do catolicismo). No vídeo, não há falas; apenas ações da interação do presidente com os cidadãos, orquestrada por uma música instrumental. Também não há identificação do local, nem o motivo da reunião de tantas pessoas.

O elemento imprescindível do tweet 5 para compreensão do vídeo e do discurso é a data: 19/09/2020. Nesse dia, a religião católica celebra o santo São Januário. Portanto podemos inferir que o cenário do vídeo é um local onde há a comemoração em homenagem a esse santo com sua comunidade de fé. Neste caso, a data subsidia todo efeito de sentido produzido pelos enunciados.

Figura 16 – Jair Bolsonaro



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro>. Acesso em: 26 fev. 2021

Na figura 16, na perspectiva semiolinguística, ao observar o todo da postagem, temos a imagem que ilustra o discurso do EUE-presidente. Inicialmente, a imagem comunica quem é Dom Giovanni e quem é o Presidente. Essa identificação

é possível por causa da vestimenta de ambos e do ornato (cordão com uma cruz) em volta do pescoço de Dom Giovanni, caracterizando-o como um religioso.

O EUE-presidente posta seu discurso em duas falas, sinalizadas pelo travessão. A primeira fala só atinge o objetivo de comunicar a mensagem se o destinatário compartilhar do mesmo saber do enunciador. Logo, percebemos que a intenção é comunicar, inicialmente, para a comunidade religiosa católica, a qual compreende, imediatamente, o enunciado.

Nesse tweet, a religião católica é revelada por elementos da heterogeneidade mostrada pelos títulos de Núncio (representante do Papa – líder maior do catolicismo), Apostólico (qualidade de apóstolo, quem proclama a Palavra de Deus), Dom (título honorífico), atribuídos ao Giovanni D’Aniello. A manifestação da religião na esfera política revela uma valorização da crença, da tolerância religiosa.

Na segunda fala, o EUE-político declara, em primeira pessoa, que recebeu o Núncio “para agradecer por todo trabalho em nosso país”. Ao concatenar a imagem à conjugação do verbo “recebi”, podemos constatar que o lugar, onde o presidente recebeu Dom Giovanni é o seu gabinete presidencial. Logo, percebemos a manifestação religiosa na esfera política.

O EUE-presidente, na segunda fala, enaltece o trabalho de Dom Giovanni em nosso país. Ele produz um efeito de gratidão pelo trabalho de um religioso e de complacência à ação religiosa. Contudo, não explicita que trabalho foi feito pelo religioso. Essa informação não se revela no plano linguístico, não desvela a alteridade em sua manifestação. No entanto, para a comunidade católica, não há a necessidade de explicar ou descrever o trabalho feito pelo Dom Giovanni.

Para a compreensão desse trecho, a instância cidadã, que não faz parte da comunidade católica, precisará pesquisar o trabalho que exerce um Núncio Apostólico. Esses títulos revelam que a missão de Dom Giovanni é representar o Papa nas entidades católicas espalhadas em todo país, com a missão de propagar a Palavra de Deus e os ensinamentos religiosos, doutrinários da igreja católica.

Em suma, o discurso do EUE-político é construído ora a partir da heterogeneidade mostrada, ora da constitutiva. Usa o elemento religioso na esfera política como estratégia para alcançar os adeptos do tesouro bíblico e os asseclas da comunidade católica.

6.2 Consequências discursivas

Ao analisar as figuras políticas, notamos que o ex prefeito Marcelo Crivella e o atual presidente do país Jair Bolsonaro constroem uma imagem de líder político adepto, seguidor e praticante dos preceitos do tesouro bíblico, a fim de legitimar suas ações, cujo enfoque principal (podemos inferir) é conquistar os integrantes da comunidade desse tesouro, uma vez que o apresenta como elemento basilar de sua gestão política.

Nos discursos políticos analisados, observamos que a figura de um Deus justo, poderoso, que honra e defende seus filhos, é evocada, como uma estratégia política, para legitimar uma conduta política. No entanto, as características desse Deus são elaboradas pelo processo de participação entre o discurso bíblico e o discurso político. Assim dão origem ao que chamamos, aqui, de discurso político-bíblico. Designamo-nos assim porque se atravessam para comunicar.

As participações mais usadas pelos sujeitos políticos, em seus discursos, nos tweets, são as participações gráficas (facilmente memorizável), em destaque, o tesouro bíblico (subdivisão dessa participação) e as participações de grupo (implica locutor coletivo representante da fusão com o individual), especificamente, a comunhão e a oração. Essas participações são enunciados que se constituem da fusão entre o discurso político e o discurso bíblico. São enunciados autônomos e que almejam o reconhecimento (das participações) pelos interlocutores.

Nos tweets dos sujeitos políticos, vimos como as participações que remetem ao tesouro bíblico aparecem, muitas vezes, sem referência à fonte. Os tweets evocam uma memória discursiva no sujeito destinatário, a fim de que ele seja capaz de reconhecer os textos bíblicos e, a partir desse reconhecimento, interpretar o que se quer comunicar a partir dessa participação.

Ao analisar as participações, percebemos que os sujeitos políticos do ato de linguagem usam o texto bíblico (no sistema de participação) com a finalidade de comunicar o seu pertencimento à comunidade assecla do tesouro bíblico. Sendo assim, ao mesmo tempo que o discurso bíblico é reconhecido pelos destinatários, esses discursos também revelam um vínculo à comunidade seguidora do tesouro bíblico.

Nos tweets, o discurso bíblico é apresentado fora do contexto original e, em algumas postagens, é ressignificado em prol do interesse comunicativo dos sujeitos políticos. Esse interesse corresponde às visadas de informação e de demonstração, cuja predominância é eminente em todos os tweets analisados. Crivella e Bolsonaro, na situação comunicativa, assumem a postura de quem quer “fazer saber” e “estabelecer a verdade e mostrar as provas”. Ou seja, mostram-se como quem faz o que preconiza o tesouro bíblico e é legitimado por um hiperenunciador transcendental, Deus.

O discurso político-bíblico atua como procedimento discursivo, inicialmente, de simplicidade, porque é compreensível a todos. Contudo, há uma perda da “verdade” ao sintetizar a informação para mostrar só o essencial. Ele atua veementemente como procedimento discursivo de argumentação, pois defende a verdade trazida no discurso político. Usa os trechos do tesouro bíblico como argumento para justificar as ações políticas. Assim alinha a sua verdade ao conhecimento bíblico dos sujeitos destinatários.

O discurso bíblico também tem função imprescindível como estratégia de persuasão, jogando com a razão e com a emoção a fim de atender a expectativa dos destinatários, porque está concatenado aos princípios e às crenças da instância cidadã. Contudo, é um jogo em que não há como mensurar ou garantir o nível de alcance. A persuasão é evidenciada pela figura do hiperenunciador individuado, Deus, o qual valida tudo que é dito a partir de sua Palavra (os trechos bíblicos).

Assim, o discurso bíblico constrói também uma identidade política proveniente de um posicionamento ideológico (de cunho bíblico e político) e de um posicionamento referente ao processo comunicativo, uma vez que corresponde ao pensar (bíblico e político) sobre a vida dos cidadãos, ao idealizar os projetos políticos e executar suas práticas políticas (lugar de estratégia de poder).

Os sujeitos políticos constroem uma identidade singular-coletiva que equivale a todos, por todos, em nome de todos, todavia, representado por uma voz única. A voz que se manifesta pelo sistema de participação, atravessando o discurso bíblico no político com a finalidade de defender os valores, as crenças (pautados na bíblia) da instância cidadã.

Em suma, nos tweets, os sujeitos políticos promovem a interação entre o sentido de enunciados da esfera política e da esfera bíblica, gerando um terceiro sentido, proveniente do discurso político-bíblico. Essa estratégia é a mais evidente

nos tweets analisados. Até as estratégias típicas do discurso político contribuem para a construção desse novo espaço discursivo, o discurso político-bíblico.

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, expusemos que toda compreensão e efeito de sentido só são possíveis se os sujeitos do ato de linguagem conhecerem bem as normas normatizadoras do contrato de comunicação. Também é indispensável que os sujeitos partilhem da mesma cultura, a fim de que faça sentido tudo que fora proferido e a comunicação de fato aconteça.

Para construir e viabilizar a construção de sentido dos textos analisados, esmiuçamos a teoria semiolinguística da análise do discurso de Charaudeau e expusemos alguns pontos da teoria de análise do discurso de Maingueneau. Não para aplicarmos na íntegra todos os elementos dessas teorias, mas para ajudar o leitor a compreender o funcionamento da situação comunicativa e seus constituintes. Os aportes teóricos em que estão neta pesquisa se debruçam a fim de dissertar sobre o atravessamento do discurso bíblico no político.

Partimos de uma visão macro das teorias citadas para uma visão micro, ou seja, específica, a fim de investigar um comportamento linguístico-discursivo muito recorrente no discurso dos sujeitos políticos de forma geral. Contudo, esta pesquisa, ateve-se, somente, aos discursos políticos postados no dispositivo twitter, pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Bezerra Crivella e o presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

Ao analisar o discurso político brasileiro, entre os anos de 2019 e 2020, observamos e identificamos várias citações do texto bíblico, ora como uma heterogeneidade constitutiva, ora como heterogeneidade mostrada, em um processo interdiscursivo. A partir dessa experiência, iniciamos uma perscrutação a fim de compreender o porquê do texto bíblico está concatenado ao discurso político.

No processo de investigação, descobrimos, por meio de uma instituição de pesquisa (Pro-Livro), cuja principal função é traçar o perfil do leitor brasileiro, que a bíblia é o livro mais lido pela população brasileira. Assim, entendemos a constante presença dos textos bíblicos nos discursos políticos. Contudo, seguimos com a pesquisa a fim de compreender o efeito de sentido produzido nos enunciados. Para isso, aplicamos os postulas do Charaudeau sobre o discurso político e a análise semiolinguística do discurso.

Inicialmente, compreendemos a relação da bíblia e da sociedade. Vimos que a bíblia faz parte da crença do povo brasileiro, o quanto é usada também como mecanismo de influência, pois não se trata de um livro qualquer. A bíblia é um livro milenar, de cunho sagrado para muitas comunidades, pertencente a várias culturas, em especial, à brasileira e tem como objetivo aderir asseclas com a finalidade de praticar e propagar seus ensinamentos. Logo, é compreensível a citação de seus textos nos discursos políticos.

Ao longo desta dissertação, discorreremos sobre a estrutura do discurso político, o lugar de fabricação, o contrato de comunicação política, as estratégias políticas, como basilares teóricos norteadores. Analisamos o discurso político inserido na situação comunicativa do gênero discursivo tweet, que circula no dispositivo twitter, a fim de compreender a constituição e os efeitos de sentido que podem produzir em uma situação de comunicação.

Também dissertamos sobre o twitter enquanto dispositivo, por compreender alguns materiais semiológicos como escrita, som, imagem, vídeo, como elementos imprescindíveis de sua configuração, que se estabelece como um canal de transmissão, um suporte, com o subsídio de tecnologia específica, sofisticada (a internet por meio de maquinários: celular, computador, tablet). E sobre o tweet, enquanto gênero discursivos, por apresentar uma estrutura relativamente estática.

Após a organização teórica, separamos vinte tweets relevantes para análise. Desses, selecionamos sete de Jair Bolsonaro (presidente), e de Marcelo Crivella (prefeito), para compor o corpus desta pesquisa. Ao aplicarmos a teoria, identificarmos as estratégias discursivas, percebemos que a citação bíblica não era uma simples citação, mas um atravessamento discursivo.

Esse atravessamento se revela pelo processo heterogêneo, interdiscursivo, o qual, conforme Maingueneau, chamamos de particitação, embora, em alguns momentos, apresentava-se como um processo de aforização. A partir da aplicação desses processos, compreendemos como o discurso bíblico atravessa o discurso político. Também notamos que o discurso bíblico era usado com um significado diferente do original. Era retirado de seu contexto e inserido em um novo, no contexto político.

Os sujeitos políticos, como estratégia de persuasão, usam o discurso bíblico fora de contexto, expressam-no por meio da particitação que é uma citação de cunho participativo, cujo objetivo é complementar, acrescentar algo no discurso

proferido a fim de ser reconhecido pelos destinatários. Assim, discretamente, ressignifica o texto bíblico a favor de seus interesses e objetivos comunicativos (explicitados na análise do corpus). Para perceber essa ressignificação do texto bíblico, o sujeito destinatário precisar ser um conhecedor dedicado aos estudos dos textos bíblicos. Se for um mero conhecedor superficial, talvez, não perceba tal alteração.

Na presente pesquisa, identificamos não só o atravessamento do discurso bíblico no político, como também ressaltamos a aplicação do discurso bíblico fora do contexto de origem, sendo ressignificado a partir do contexto atual, sem preocupação com o significado original do texto. Logo, a nova variante do discurso político, o discurso político-bíblico, tornou-se eficaz para persuadir a instância eleitoral e conquistar os asseclas do tesouro bíblico.

A presente dissertação é um trabalho de pesquisa, na área da análise semiolinguística do discurso, sobre o atravessamento do discurso bíblico no discurso político e suas implicações discursivas. Acreditamos que seja uma ferramenta acadêmica capaz de contribuir para a sociedade e para os estudos do discurso, pois argumenta sobre uma nova (e cada vez mais recorrente) variante discursiva, o discurso político-bíblico. Também visto como uma estratégia eficaz na disputa eleitoral.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- AKIL, Teresa. *O que é bíblia?* Rio de Janeiro: MK Publicita, 2005.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos linguísticos*, Campinas, n. 19, p. 25-42, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, Alana Kercia; COSTA, Maria Helenice. Oralidade e escrita: o hibridismo no Twitter. *Entrepalavras*, Fortaleza, ano 3, v.3, n.1, p. 98-108, jan./jul. 2013.
- BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. *ALFA, Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, v. 56, n. 2, p.371- 401, maio/ago. 2012.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). *O texto e seus contextos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BÍBLIA. *A bíblia da mulher: leitura, devocional, estudo*. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 dez. 2021.
- CARDOZO, Missila Lourdes. Twitter: microblog e rede social. *Caderno.Com*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 2, p. 24-38 , jul./dez. 2009
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018a.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018b.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso literário*. Tradução Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018c.
- CHARAUDEAU, Patrick. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. *Revista Diadorim - Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 10, dez. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural. *In*: LARA, G. P. e LIMBERTI, R. P. (org.). *Discurso e (des)igualdade social*. São Paulo: Contexto, 2015, p.13-30.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2. ed.. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. *In*: PAULIUKONIS, M. A. L; GAVAZZI, S. (org.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27., 2005. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html> . Acesso em: 23 set. 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. *In*: MELLO, Ida Lucia Machado e Renato de. *Gêneros reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Nad/Fale, UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html> . Acesso em: 23 set. 2020.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DIONISIO, Ângela Paiva (coord.). *Escrita, gênero e interação social*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 19-46.

DOMINGUEZ, Michelle G. A. Do sistema à ação, do homogêneo ao heterogêneo: movimentos fundantes dos conceitos de dialogismo, polifonia e interdiscurso. *In*: *Revista Bakhtiniana*. v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/%20article/view/13799>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FARAH, Adriane Gomes. Em nome de Deus, eu te convenço! Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

FERNANDES, Hanna Verônica da Silva; PHILIPPSEN; Neusa Inês. O poder da persuasão nos discursos políticos: a 'realidade' da mídia. *Revista Eventos Pedagógicos*, v.3, n.1., n. esp., p. 182–195, 2012.

FIORIN, José Luís. Bakhtin e a concepção dialógica da linguagem. *In*: ABDALA JR., Benjamin. *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar; SIMÕES, Darcília (org.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

KOCH, Ingedore G. V. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Ida Lucia. A AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: DE PAULA, L.; STAFUZZA, G. (org.). *Da análise do discurso no Brasil a análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2010. p. 203-230.

MACHADO, Ida Lucia; MENDES, Emilia. A análise semiolinguística: seu percurso e sua efetiva tropicalização. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 13, p. 36-56, 2013.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, D. Discurso e análise do discurso. São Paulo: Parábola Editorial, 2015 [2014]. In: ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Argumentos para uma abordagem discursiva das práticas de linguagem no trabalho. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 297-305, jul./set. 2014.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. Trad. Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v. 2. p. 101-142.

OLIVEIRA, Luciano A. Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola editorial, 2013. In: SOUZA, E. R.; PENHABEL, E.; CINTRA, M. (org.). *Linguística textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2017.

ROJO, Roxane. Gêneros dos discursos e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, Luiz José; BONINI, Adair; MOTTAROTH, Désirée (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.